

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
Notas Explicativas	48
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	101

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	102
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	108

## Índice

---

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

---

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	330.386.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>330.386.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	1.046.572
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.046.572</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2018	Ordinária		0,15486
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2018	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2018	Ordinária		0,15334
Reunião do Conselho de Administração	21/09/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2019	Ordinária		0,15789
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2019	Ordinária		0,17004

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	7.181.702	6.354.767	5.572.454
1.01	Ativo Circulante	4.316.297	3.825.154	3.350.002
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	238.153	255.911	273.095
1.01.03	Contas a Receber	960.440	994.559	834.552
1.01.03.01	Clientes	805.649	837.582	713.841
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	2.952	3.742	2.241
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	751.560	780.138	648.987
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	29.482	36.600	41.975
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	22.545	20.988	23.226
1.01.03.01.05	Boleto Bancário / Transferência On-Line	2	3	24
1.01.03.01.06	(-) Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-892	-3.889	-2.612
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	154.791	156.977	120.711
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Funcionários	6.694	6.054	7.392
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	3.824	6.656	7.692
1.01.03.02.03	Acordo Comerciais	98.109	93.550	74.154
1.01.03.02.04	Valores a Receber - Controladas	39	38.831	16.099
1.01.03.02.05	Outros	46.125	11.886	15.374
1.01.04	Estoques	3.019.527	2.478.939	2.118.428
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	3.029.399	2.490.941	2.126.550
1.01.04.02	Materiais	1.268	1.819	2.043
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-11.140	-13.821	-10.165
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.520	78.088	111.513
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.520	78.088	111.513
1.01.06.01.01	Tributos sobre Lucro a Recuperar	327	654	11.950
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	76.193	77.434	99.563
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.657	17.657	12.414
1.02	Ativo Não Circulante	2.865.405	2.529.613	2.222.452
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	113.670	68.753	50.858
1.02.01.04	Contas a Receber	42.427	1.622	334

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.070	1.622	334
1.02.01.04.03	Valores a Receber - Controladas	41.357	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.128	4.941	4.553
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	70.115	62.190	45.971
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	25.770	29.215	23.007
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	44.345	32.975	22.964
1.02.02	Investimentos	40.108	31.489	29.424
1.02.02.01	Participações Societárias	40.108	31.489	29.424
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	40.108	31.489	29.424
1.02.03	Imobilizado	1.543.685	1.273.913	1.004.891
1.02.04	Intangível	1.167.942	1.155.458	1.137.279

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	7.181.702	6.354.767	5.572.454
2.01	Passivo Circulante	2.776.886	2.415.001	2.127.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	232.300	198.835	196.600
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.105	40.378	37.814
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	180.195	158.457	158.786
2.01.02	Fornecedores	2.033.620	1.745.041	1.564.787
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.033.620	1.745.041	1.564.787
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.826	127.247	95.088
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.089	75.883	47.749
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.147	3.189	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	21.942	72.694	47.749
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	59.185	49.318	44.062
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.552	2.046	3.277
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	256.033	196.248	131.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	92.715	126.741	131.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	92.715	126.741	131.804
2.01.04.02	Debêntures	163.318	69.507	0
2.01.04.02.01	Debêntures	163.318	69.507	0
2.01.05	Outras Obrigações	142.573	136.098	118.228
2.01.05.02	Outros	142.573	136.098	118.228
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.843	37.288	25.546
2.01.05.02.04	Aluguéis	78.618	65.768	56.290
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	39.112	33.042	36.392
2.01.06	Provisões	24.534	11.532	21.405
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.512	2.817	93
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	93	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	2.512	2.724	0
2.01.06.02	Outras Provisões	22.022	8.715	21.312
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	22.022	8.715	21.312

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02	Passivo Não Circulante	904.959	717.253	534.755
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	570.211	414.711	281.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	93.318	181.062	281.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	93.318	181.062	281.387
2.02.01.02	Debêntures	476.893	233.649	0
2.02.01.02.01	Debêntures	476.893	233.649	0
2.02.02	Outras Obrigações	46.769	68.156	60.959
2.02.02.02	Outros	46.769	68.156	60.959
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	10.389	20.641	15.731
2.02.02.02.04	Obrigações com Acionista de Controlada	36.380	47.515	45.228
2.02.03	Tributos Diferidos	239.102	226.217	189.818
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	239.102	226.217	189.818
2.02.04	Provisões	48.877	8.169	2.591
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.877	8.169	2.591
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	48.877	8.169	2.591
2.03	Patrimônio Líquido	3.499.857	3.222.513	2.909.787
2.03.01	Capital Social Realizado	1.808.639	1.808.639	1.808.639
2.03.02	Reservas de Capital	116.363	151.156	138.553
2.03.04	Reservas de Lucros	1.593.063	1.280.751	980.442
2.03.04.01	Reserva Legal	115.519	90.397	64.839
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.364.931	1.137.752	854.279
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	70.990	52.602	61.324
2.03.04.10	Reserva de Incentivos Fiscais	41.623	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-18.208	-18.033	-17.847

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.119.368	12.707.808	10.924.689
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	14.769.974	13.306.837	11.471.141
3.01.02	Impostos Incidentes sobre Vendas	-533.656	-471.706	-410.225
3.01.03	Abatimentos	-116.950	-127.323	-136.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.742.023	-8.775.884	-7.469.484
3.03	Resultado Bruto	4.377.345	3.931.924	3.455.205
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.661.676	-3.146.314	-2.760.566
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.219.908	-2.790.215	-2.435.744
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-390.767	-358.132	-321.505
3.04.02.01	Administrativas	-390.767	-358.132	-321.505
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.392	212	-7.677
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-59.392	212	-7.677
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.391	1.821	4.360
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	715.669	785.610	694.639
3.06	Resultado Financeiro	-79.846	-102.487	-107.096
3.06.01	Receitas Financeiras	68.163	102.821	105.531
3.06.02	Despesas Financeiras	-148.009	-205.308	-212.627
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	635.823	683.123	587.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-133.376	-171.960	-139.858
3.08.01	Corrente	-120.401	-135.465	-111.771
3.08.02	Diferido	-12.975	-36.495	-28.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	502.447	511.163	447.685
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	502.447	511.163	447.685
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,52531	1,55047	1,35764
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,52473	1,54855	1,35764

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	502.447	511.163	447.685
4.03	Resultado Abrangente do Período	502.447	511.163	447.685

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	706.475	644.249	562.105
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.155.100	1.114.834	923.044
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L	635.823	683.123	587.543
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	411.710	335.768	272.436
6.01.01.03	Plano de Remuneração com Ações Restritas, Líquido	12.459	12.603	7.984
6.01.01.04	Juros sobre Opção de Compra de Ações Adicionais	-11.135	2.287	13.596
6.01.01.05	Resultado na Venda ou Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	12.166	6.589	12.153
6.01.01.06	(Provisão) Reversão para Demandas Judiciais	49.167	7.788	6.699
6.01.01.07	(Reversão) Provisão para Perdas no Estoque	-2.680	3.656	-14.147
6.01.01.08	(Reversão) Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.427	1.683	-631
6.01.01.09	(Provisão) Reversão para Encerramento de lojas	1.556	-811	737
6.01.01.10	Despesas de Juros	57.227	63.781	41.034
6.01.01.11	Amortizações de Custos de Transação de Debêntures	1.625	188	0
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.391	-1.821	-4.360
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-290.683	-323.169	-240.595
6.01.02.01	Clientes e Outras Contas a Receber	41.303	-138.649	-147.199
6.01.02.02	Estoques	-537.908	-364.167	-470.677
6.01.02.03	Outros Ativos Circulantes	-2.440	28.367	-55.187
6.01.02.04	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-44.919	-17.895	-6.598
6.01.02.05	Fornecedores	281.441	188.637	378.287
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	33.466	2.236	33.171
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	-74.837	-20.663	483
6.01.02.08	Outras Obrigações	361	-10.514	15.205
6.01.02.09	Aluguéis a Pagar	12.850	9.479	11.920
6.01.03	Outros	-157.942	-147.416	-120.344
6.01.03.01	Juros pagos	-43.410	-36.230	-20.679
6.01.03.02	I.R e Contribuição Social Pagos	-114.532	-111.186	-99.665
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-703.529	-660.611	-503.367
6.02.02	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-700.762	-638.790	-488.855

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.02.03	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	17	1.150	1.112
6.02.04	Empréstimo concedidos a controladas	-2.784	-22.971	-15.624
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.704	-822	-50.192
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Tomados	394.985	373.362	212.227
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-195.142	-203.337	-109.077
6.03.03	Recompra de Ações	-46.925	0	0
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendo Pagos	-173.622	-170.847	-153.342
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.758	-17.184	8.546
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	255.911	273.095	264.549
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	238.153	255.911	273.095

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	150.829	1.281.077	0	-18.033	3.222.512
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	150.829	1.281.077	0	-18.033	3.222.512
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-34.466	18.388	-209.024	0	-225.102
5.04.06	Dividendos	0	0	70.990	-70.990	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-138.510	0	-138.510
5.04.08	JSCP de 2017 aprovado na AGO de 28 de Março de 2018	0	0	-52.602	0	0	-52.602
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	476	0	476
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	12.459	0	0	0	12.459
5.04.11	Plano de Ações Restritas - Entrega	0	-7.382	0	0	0	-7.382
5.04.12	Ágio na Alienação de Ações	0	3.115	0	0	0	3.115
5.04.13	Ações em Tesouraria Entregues	0	4.267	0	0	0	4.267
5.04.14	Recuperação de Ações	0	-46.925	0	0	0	-46.925
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	502.447	0	502.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	502.447	0	502.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	293.598	-293.423	-175	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	293.598	-293.598	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	265	-265	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-90	90	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	116.363	1.593.063	0	-18.208	3.499.857

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.603	-8.722	-202.318	0	-198.437
5.04.06	Dividendos	0	0	52.602	-52.602	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-149.899	0	-149.899
5.04.08	JSCP de 2016 aprovado na AGO de 29 de Março de 2017	0	0	-61.324	0	0	-61.324
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	183	0	183
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	12.603	0	0	0	12.603
5.04.11	Plano de Ações Restritas - Entrega	0	-4.863	0	0	0	-4.863
5.04.12	Ágio na Alienação de Ações	0	1.382	0	0	0	1.382
5.04.13	Ações Entregues em Tesouraria	0	3.481	0	0	0	3.481
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	511.163	0	511.163
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	511.163	0	511.163
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	309.031	-308.845	-186	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	309.031	-309.031	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	282	-282	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	96	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	151.156	1.280.750	0	-18.032	3.222.513

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	128.767	714.063	0	-17.660	2.633.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	128.767	714.063	0	-17.660	2.633.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.786	13.081	-194.574	0	-171.707
5.04.06	Dividendos	0	0	61.324	-61.324	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-133.377	0	-133.377
5.04.08	JSCP de 2015 aprovado na AGO de 31 de Março de 2016	0	0	-48.243	0	0	-48.243
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	127	0	127
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	7.984	0	0	0	7.984
5.04.11	Ações Restritas - Pagamento em Caixa 4Bio	0	-238	0	0	0	-238
5.04.12	Ações Restritas - Aquisição da 4Bio	0	2.040	0	0	0	2.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	447.685	0	447.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	447.685	0	447.685
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	253.297	-253.111	-186	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	253.297	-253.297	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	282	-282	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	96	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	14.658.291	13.180.028	11.336.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.653.024	13.179.514	11.334.914
7.01.02	Outras Receitas	840	2.197	785
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.427	-1.683	631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.691.388	-8.591.309	-7.387.190
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.852.571	-7.876.545	-6.747.984
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-825.111	-707.978	-629.393
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-13.706	-6.786	-9.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.966.903	4.588.719	3.949.140
7.04	Retenções	-411.710	-335.768	-272.436
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-411.710	-335.768	-272.436
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.555.193	4.252.951	3.676.704
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	81.120	97.302	109.891
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.391	1.821	4.360
7.06.02	Receitas Financeiras	68.878	92.204	105.531
7.06.03	Outros	3.851	3.277	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.636.313	4.350.253	3.786.595
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.636.313	4.350.253	3.786.595
7.08.01	Pessoal	1.571.197	1.338.600	1.209.830
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.241.768	1.053.140	962.849
7.08.01.02	Benefícios	220.149	191.019	177.732
7.08.01.03	F.G.T.S.	109.280	94.441	69.249
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.817.920	1.777.054	1.523.676
7.08.02.01	Federais	491.858	528.807	437.087
7.08.02.02	Estaduais	1.303.630	1.229.520	1.070.780
7.08.02.03	Municipais	22.432	18.727	15.809
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	744.749	723.436	605.404
7.08.03.01	Juros	146.255	203.638	211.660
7.08.03.02	Aluguéis	598.494	519.798	393.744

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	502.447	511.163	447.685
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	138.510	149.899	133.377
7.08.04.02	Dividendos	70.990	52.602	61.324
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	292.947	308.662	252.984

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	7.352.005	6.464.249	5.659.303
1.01	Ativo Circulante	4.529.825	3.928.204	3.427.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.568	264.873	276.632
1.01.03	Contas a Receber	1.094.236	1.049.074	877.353
1.01.03.01	Clientes	937.389	930.071	772.241
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	120.058	97.479	61.386
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	766.657	779.665	648.386
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	29.482	36.600	41.975
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	22.545	20.988	23.226
1.01.03.01.05	Boleto Bancário / Transferência On-Line	2	3	24
1.01.03.01.06	(-) Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-1.355	-4.664	-2.756
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	156.847	119.003	105.112
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Funcionários	6.849	6.216	7.491
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	3.824	6.656	7.692
1.01.03.02.03	Acordo Comerciais	99.376	94.240	74.532
1.01.03.02.04	Outros	46.798	11.891	15.397
1.01.04	Estoques	3.087.275	2.517.594	2.149.468
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	3.097.147	2.529.596	2.157.590
1.01.04.02	Materiais	1.268	1.819	2.043
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-11.140	-13.821	-10.165
1.01.06	Tributos a Recuperar	84.852	78.778	111.772
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	84.852	78.778	111.772
1.01.06.01.01	Tributos sobre Lucro a Recuperar	4.868	654	12.049
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	79.984	78.124	99.723
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.894	17.885	12.558
1.02	Ativo Não Circulante	2.822.180	2.536.045	2.231.520
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.832	68.753	50.858
1.02.01.04	Contas a Receber	1.589	1.622	334
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.589	1.622	334

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.128	4.941	4.553
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	70.115	62.190	45.971
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	25.770	29.215	23.007
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	44.345	32.975	22.964
1.02.03	Imobilizado	1.546.960	1.276.276	1.006.606
1.02.04	Intangível	1.202.388	1.191.016	1.174.056

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	7.352.005	6.464.249	5.659.303
2.01	Passivo Circulante	2.913.445	2.493.779	2.184.684
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	237.541	202.799	199.378
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.862	41.042	38.377
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	184.679	161.757	161.001
2.01.02	Fornecedores	2.141.274	1.815.687	1.615.587
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.141.274	1.815.687	1.615.587
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.964	130.432	96.731
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.870	76.443	48.175
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.493	3.399	81
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	22.377	73.044	48.094
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	63.541	51.941	45.278
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.553	2.048	3.278
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	272.939	196.248	132.581
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	109.621	126.741	132.581
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	109.621	126.741	132.581
2.01.04.02	Debêntures	163.318	69.507	0
2.01.04.02.01	Debêntures	163.318	69.507	0
2.01.05	Outras Obrigações	144.193	136.821	118.904
2.01.05.02	Outros	144.193	136.821	118.904
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.843	37.474	25.934
2.01.05.02.04	Aluguéis	78.653	65.768	56.297
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	40.697	33.579	36.673
2.01.06	Provisões	24.534	11.792	21.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.512	2.817	93
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	93	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	2.512	2.724	0
2.01.06.02	Outras Provisões	22.022	8.975	21.410
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	22.022	8.975	21.410

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02	Passivo Não Circulante	903.793	720.098	538.664
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	570.211	414.711	281.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	93.318	181.062	281.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	93.318	181.062	281.387
2.02.01.02	Debêntures	476.893	233.649	0
2.02.01.02.01	Debêntures	476.893	233.649	0
2.02.02	Outras Obrigações	46.948	68.503	61.499
2.02.02.02	Outros	46.948	68.503	61.499
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	10.568	20.988	16.271
2.02.02.02.04	Obrigações com Acionista de Controlada	36.380	47.515	45.228
2.02.03	Tributos Diferidos	237.757	228.715	193.187
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	237.757	228.715	193.187
2.02.04	Provisões	48.877	8.169	2.591
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.877	8.169	2.591
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	48.877	8.169	2.591
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.534.767	3.250.372	2.935.955
2.03.01	Capital Social Realizado	1.808.639	1.808.639	1.808.639
2.03.02	Reservas de Capital	116.363	151.156	138.553
2.03.04	Reservas de Lucros	1.593.063	1.280.751	980.442
2.03.04.01	Reserva Legal	115.519	90.397	64.839
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.364.931	1.137.752	854.279
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	70.990	52.602	61.324
2.03.04.10	Reserva de Incentivos Fiscais	41.623	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-18.208	-18.033	-17.847
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	34.910	27.859	26.168

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.801.445	13.212.505	11.256.565
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	15.519.133	13.852.469	11.827.566
3.01.02	Impostos Incidentes Sobre Vendas	-585.676	-500.288	-425.384
3.01.03	Abatimentos	-132.012	-139.676	-145.617
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.355.923	-9.224.505	-7.752.422
3.03	Resultado Bruto	4.445.522	3.988.000	3.504.143
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.724.012	-3.195.416	-2.798.605
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.261.896	-2.825.959	-2.458.768
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-402.568	-369.669	-332.160
3.04.02.01	Administrativas	-402.568	-369.669	-332.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.548	212	-7.677
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-59.548	212	-7.677
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	721.510	792.584	705.538
3.06	Resultado Financeiro	-82.654	-106.040	-110.322
3.06.01	Receitas Financeiras	71.783	106.883	109.433
3.06.02	Despesas Financeiras	-154.437	-212.923	-219.755
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	638.856	686.544	595.216
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-129.543	-173.891	-143.964
3.08.01	Corrente	-120.410	-138.269	-116.662
3.08.02	Diferido	-9.133	-35.622	-27.302
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	509.313	512.653	451.252
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	509.313	512.653	451.252
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	502.447	511.163	447.685
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.866	1.490	3.567
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,52531	1,55047	1,35764
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,52473	1,54855	1,35764

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	509.313	512.653	451.252
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	509.313	512.653	451.252
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	502.447	511.163	447.685
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.866	1.490	3.567

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	682.866	628.840	555.529
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.168.165	1.123.361	938.195
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L.	638.856	686.544	595.216
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	414.134	337.914	274.434
6.01.01.03	Plano de Remuneração com Ações Restritas, Líquido	12.515	12.638	7.984
6.01.01.04	Juros sobre Opção de Compra de Ações Adicionais	-11.135	2.287	13.596
6.01.01.05	Resultado na Venda ou Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	12.166	6.609	12.189
6.01.01.06	(Provisão) Reversão para Demandas Judiciais	49.167	7.788	6.667
6.01.01.07	(Reversão) Provisão para Perdas no Estoque	-2.680	3.656	-14.147
6.01.01.08	(Reversão) Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.739	2.314	-504
6.01.01.09	(Provisão) Reversão para Encerramento de Lojas	1.556	-811	737
6.01.01.10	Despesa de Juros	56.700	64.234	42.023
6.01.01.11	Amortizações de Custos de Transação de Debêntures	1.625	188	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-323.440	-344.483	-257.109
6.01.02.01	Clientes e Outras Contas a Receber	1.133	-173.728	-176.255
6.01.02.02	Estoques	-567.001	-371.782	-484.868
6.01.02.03	Outros Ativos Circulantes	-10.091	27.852	-55.081
6.01.02.04	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-45.438	-17.895	-6.360
6.01.02.05	Fornecedores	318.449	208.482	403.633
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	34.743	3.421	33.971
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	-69.041	-19.937	753
6.01.02.08	Outras Obrigações	921	-10.368	15.171
6.01.02.09	Aluguéis a Pagar	12.885	9.472	11.927
6.01.03	Outros	-161.859	-150.038	-125.557
6.01.03.01	Juros Pagos	-43.478	-36.863	-21.896
6.01.03.02	I.R e Contribuição Social Pagos	-118.381	-113.175	-103.661
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-702.968	-639.180	-489.057
6.02.03	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-702.985	-640.330	-490.169
6.02.04	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	17	1.150	1.112

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.203	-1.419	-55.891
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Tomados	419.223	393.951	222.468
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-201.879	-224.523	-125.017
6.03.03	Recompra de Ações	-46.925	0	0
6.03.04	Juros sobre Capital e Dividendos Pagos	-173.622	-170.847	-153.342
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.305	-11.759	10.581
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	264.873	276.632	266.051
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	241.568	264.873	276.632

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	150.829	1.281.077	0	-18.033	3.222.512	27.859	3.250.371
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	150.829	1.281.077	0	-18.033	3.222.512	27.859	3.250.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-34.466	18.388	-209.024	0	-225.102	185	-224.917
5.04.06	Dividendos	0	0	70.990	-70.990	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-138.510	0	-138.510	0	-138.510
5.04.08	JSCP de 2017 aprovado na AGO de 28 de Março de 2018	0	0	-52.602	0	0	-52.602	0	-52.602
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	476	0	476	0	476
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	12.459	0	0	0	12.459	0	12.459
5.04.11	Plano de Ações Restritas - Entrega	0	-7.382	0	0	0	-7.382	0	-7.382
5.04.12	Ágio na Alienação de Ações	0	3.115	0	0	0	3.115	0	3.115
5.04.13	Ações em Tesouraria Entregues	0	4.267	0	0	0	4.267	0	4.267
5.04.14	Recompra de Ações	0	-46.925	0	0	0	-46.925	0	-46.925
5.04.15	Participação de Não Controladores no Investimento Adquirido	0	0	0	0	0	0	185	185
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	502.447	0	502.447	6.866	509.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	502.447	0	502.447	6.866	509.313
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	293.598	-293.423	-175	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	293.598	-293.598	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	265	-265	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-90	90	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	116.363	1.593.063	0	-18.208	3.499.857	34.910	3.534.767

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787	26.168	2.935.955
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787	26.168	2.935.955
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.603	-8.722	-202.318	0	-198.437	201	-198.236
5.04.06	Dividendos	0	0	52.602	-52.602	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-149.899	0	-149.899	0	-149.899
5.04.08	JSCP de 2016 aprovado na AGO de 29 de Março de 2017	0	0	-61.324	0	0	-61.324	0	-61.324
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	183	0	183	0	183
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	12.603	0	0	0	12.603	0	12.603
5.04.11	Plano de Ações Restritas - Entrega	0	-4.863	0	0	0	-4.863	0	-4.863
5.04.12	Ágio na Alienação de Ações	0	1.382	0	0	0	1.382	0	1.382
5.04.13	Ações Entregues em Tesouraria	0	3.481	0	0	0	3.481	0	3.481
5.04.14	Participação de Não Controladores no Investimento Adquirido	0	0	0	0	0	0	201	201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	511.163	0	511.163	1.490	512.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	511.163	0	511.163	1.490	512.653
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	309.031	-308.845	-186	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	309.031	-309.031	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	96	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	151.156	1.280.750	0	-18.032	3.222.513	27.859	3.250.372

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.808.639	128.767	714.063	0	-17.660	2.633.809	22.989	2.656.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.808.639	128.767	714.063	0	-17.660	2.633.809	22.989	2.656.798
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.786	13.081	-194.574	0	-171.707	-388	-172.095
5.04.06	Dividendos	0	0	61.324	-61.324	0	0	-388	-388
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-133.377	0	-133.377	0	-133.377
5.04.08	JSCP de 2015 aprovado na AGO de 31 de Março de 2016	0	0	-48.243	0	0	-48.243	0	-48.243
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	127	0	127	0	127
5.04.10	Plano de Ações Restritas - Apropriação	0	7.984	0	0	0	7.984	0	7.984
5.04.11	Ações Restritas - Pagamento em Caixa 4Bio	0	-238	0	0	0	-238	0	-238
5.04.12	Ações Restritas - Aquisição da 4Bio	0	2.040	0	0	0	2.040	0	2.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	447.685	0	447.685	3.567	451.252
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	447.685	0	447.685	3.567	451.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	253.297	-253.111	-186	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	253.297	-253.297	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	96	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.808.639	138.553	980.441	0	-17.846	2.909.787	26.168	2.935.955

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	15.392.699	13.712.676	11.683.239
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.387.120	13.712.793	11.681.950
7.01.02	Outras Receitas	840	2.197	785
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.739	-2.314	504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.327.380	-9.059.406	-7.683.575
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.465.921	-8.324.844	-7.030.922
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-847.753	-727.776	-642.840
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-13.706	-6.786	-9.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.065.319	4.653.270	3.999.664
7.04	Retenções	-414.134	-337.914	-274.434
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-414.134	-337.914	-274.434
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.651.185	4.315.356	3.725.230
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.350	99.544	109.433
7.06.02	Receitas Financeiras	72.499	96.267	109.433
7.06.03	Outros	3.851	3.277	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.727.535	4.414.900	3.834.663
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.727.535	4.414.900	3.834.663
7.08.01	Pessoal	1.593.983	1.357.859	1.224.607
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.254.227	1.064.057	971.714
7.08.01.02	Benefícios	229.421	198.456	183.106
7.08.01.03	F.G.T.S.	110.335	95.346	69.787
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.871.384	1.812.447	1.545.321
7.08.02.01	Federais	493.019	535.381	443.505
7.08.02.02	Estaduais	1.355.729	1.258.164	1.085.952
7.08.02.03	Municipais	22.636	18.902	15.864
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	752.855	731.941	613.483
7.08.03.01	Juros	152.234	210.559	218.385
7.08.03.02	Aluguéis	600.621	521.382	395.098
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	509.313	512.653	451.252

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	138.510	149.899	133.377
7.08.04.02	Dividendos	70.990	52.602	61.324
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	292.947	308.662	252.984
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.866	1.490	3.567

## Relatório da Administração

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. A **RD – Gente, Saúde e Bem-estar** (Raia Drogasil S.A. – B3: RADL3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2018 (4T18) e ao ano de 2018. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 da Raia Drogasil S.A. foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2017.

### DESTAQUES CONSOLIDADOS:

- › **LOJAS: 1.825 unidades em operação (abertura de 240 lojas e 25 encerramentos)**
- › **PARTICIPAÇÃO DE MERCADO: 12,9% no Brasil, um ganho de 0,9 ponto percentual**
- › **RECEITA BRUTA: R\$ 15,5 bilhões, crescimento de 12,0% (2,7% para mesmas lojas no varejo)**
- › **MARGEM BRUTA: 28,6% da receita bruta, uma retração de 0,2 ponto percentual**
- › **EBITDA: R\$ 1.195,2 milhões, margem de 7,7% e um crescimento de 5,7%**
- › **LUCRO LÍQUIDO: R\$ 548,6 milhões, margem líquida de 3,5% e um crescimento de 7,0%**
- › **FLUXO DE CAIXA: Consumo de caixa livre de R\$ 139,9 milhões, R\$ 341,4 milhões total**

Sumário	2017	2018	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
<i>(R\$ mil)</i>							
# de Lojas - Varejo + 4Bio	1.610	1.825	1.610	1.651	1.708	1.768	1.825
Abertura de Lojas	210	240	60	44	62	64	70
Fechamento de Lojas	(20)	(25)	(4)	(3)	(5)	(4)	(13)
# de Lojas (média do período)	1.510	1.713	1.588	1.629	1.680	1.744	1.801
# de funcionários	32.265	36.510	32.265	32.633	33.880	34.708	36.510
# de farmacêuticos	6.044	6.959	6.044	6.323	6.582	6.806	6.959
# de atendimentos (000)	206.286	223.423	53.957	52.291	55.148	56.560	59.425
Receita Bruta	13.852.469	15.519.133	3.662.178	3.603.969	3.791.578	3.944.677	4.178.909
Lucro Bruto	3.987.999	4.445.521	1.046.258	1.026.758	1.104.199	1.116.776	1.197.788
% da Receita Bruta	28,8%	28,6%	28,6%	28,5%	29,1%	28,3%	28,7%
EBITDA Ajustado	1.130.285	1.195.191	288.719	272.185	316.648	295.250	311.109
% da Receita Bruta	8,2%	7,7%	7,9%	7,6%	8,4%	7,5%	7,4%
Lucro Líquido Ajustado	512.513	548.614	132.623	121.288	141.775	131.148	154.404
% da Receita Bruta	3,7%	3,5%	3,6%	3,4%	3,7%	3,3%	3,7%
Lucro Líquido	512.653	509.313	134.188	121.288	137.656	128.837	121.531
% da Receita Bruta	3,7%	3,3%	3,7%	3,4%	3,6%	3,3%	2,9%
Fluxo de Caixa Livre	(49.668)	(139.934)	68.432	(102.012)	(67.705)	681	29.103

## Relatório da Administração

### CARTA AOS ACIONISTAS

O ano de 2018 foi desafiador para a **RD**, com uma menor taxa de crescimento em função de um ambiente mais competitivo pressionando as margens. Não obstante, fizemos uma expansão recorde de 240 lojas, com elevados retornos marginais, entramos em dois novos estados, ganhamos participação de mercado, aumentamos o diferencial de escala, investimos agressivamente em preços e iniciamos uma ambiciosa transformação digital. Ao fortalecer nossa posição competitiva e execução em um setor que está passando por fortes pressões financeiras, acreditamos que nunca estivemos melhor posicionados no nosso setor do que estamos agora.

Encerramos 2018 com R\$ 15,5 bilhões de receita bruta, um aumento de 12,0%. Abrimos 240 novas lojas e fechamos 25, terminando o ano com 1.825 lojas. Registramos um aumento de receita de R\$ 1,6 bilhão, ampliando nossa liderança e atingindo uma participação de mercado de 12,9% no 4T18, um aumento anual de 0,9 ponto percentual, com estabilidade em São Paulo e ganhos em todas as outras regiões.

Em um ano com fortes investimentos de preços nos genéricos, os ganhos com melhor precificação no autosserviço e melhores negociações e compras de oportunidade junto aos fornecedores nos permitiram defender nossa margem bruta. Contudo, a redução dos preços médios levou a uma queda de vendas nas lojas maduras de 1,3%, resultando em perda de alavancagem operacional que pressionou nossas despesas. Ainda assim, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 1,2 bilhão, um crescimento de 5,7% e uma margem de 7,7%, com pressão de 0,5 ponto percentual. Nosso lucro líquido ajustado totalizou R\$ 548,6 milhões, um aumento de 7,0%. Consumimos um fluxo de caixa livre de R\$ 139,9 milhões, com os R\$ 563,0 milhões em fluxo de caixa das operações financiando grande parte dos R\$ 703,0 milhões investidos no exercício. Nosso ROIC totalizou 16,2%, uma redução de 3,5 pontos percentuais devido a uma queda de margem e a um ritmo de investimento mais acelerado. Distribuímos R\$ 209,5 milhões em juros sobre capital próprio, um *payout* de 41,1%, enquanto o preço da nossa ação caiu 36,4%.

Nós operamos em um mercado de alto crescimento, movido pelo envelhecimento da população, e ainda muito fragmentado. Isto atraiu uma grande onda de abertura de lojas, tanto por competidores tradicionais quanto por novos entrantes, mas que se depararam com fortes barreiras de entrada (marca, escala, bem como pontos comerciais, capital de giro e pessoas). Com o mercado se tornando cada vez mais aguerido, a combinação de uma alocação crescente de capital e de pressões de margem tem levado a um aumento do endividamento do setor como um todo e a uma rápida reversão do ciclo de abertura de lojas, fortalecendo nossa posição competitiva.

Fechamos o ano com 1.825 lojas em 22 estados. Somos a única rede que combina presença nacional com força de marca, obtendo performance consistente nas lojas maduras e altos retornos esperados nas lojas recentes e futuras em cada um desses estados. Operamos nove centros de distribuição para suportar as nossas operações e em 2019 iremos abrir outros dois CDs, um em Fortaleza (CE) e outro em Guarulhos (SP), que será nosso maior e mais automatizado CD, com uma área de 28.000 m<sup>2</sup>.

Essa plataforma de crescimento única nos permitiu abrir 240 lojas no ano com uma TIR real marginal pouco abaixo de 20% e baixíssimo risco de execução. Essa é a nossa vantagem competitiva mais perene, que foi construída tijolo a tijolo durante os últimos 20 anos, conforme começamos a nos expandir para fora de São Paulo, superando barreiras de entrada em cada estado, que hoje seriam muito mais significativas, e construindo as nossas marcas. Hoje, temos 52% de nossas lojas fora de São Paulo, gerando 47% do nosso faturamento. Das aberturas realizadas em 2018, 70% ocorreram em outros estados, o que atesta a alta qualidade e o alcance da nossa plataforma de crescimento.

Em 2018, concluímos nosso novo planejamento estratégico com o apoio da Bain & Company e iniciamos um novo ciclo. Inspirados pelo propósito de *“cuidar de perto da saúde e bem-estar das pessoas em todos os momentos da vida”*, nossa estratégia visa maximizar a experiência e o valor do consumidor por meio de 5 pilares: expansão de lojas (formato tradicional e popular), aquisição orgânica de clientes (expandir a Univers e alavancar o marketing digital), engajamento do consumidor (programas de fidelidade, CRM e multicanalidade) rentabilização (precificação e marcas próprias) e cuidados de saúde (serviços de saúde e 4Bio). A implementação desta estratégia será apoiada por 4 alavancas fundamentais: cliente no centro do negócio, transformação digital, liderança e talentos e sustentabilidade.

Nós possuímos um conjunto único de ativos para propulsionar esta transformação digital: (i) uma base de 30,6 milhões de clientes ativos, que respondem por 94% do nosso faturamento e nos agrega total visibilidade de demanda; e (ii) 1.825 lojas em 22 estados, que cobrem 86% da população de classe A em um raio de 1,5 km, uma rede de lojas que será ampliada através da nossa plataforma nacional de expansão. Essa combinação nos permitirá capturar clientes por meio das lojas, consolidar sua fidelidade via o CRM e oferecer uma solução multicanal de alcance nacional, incluindo compras em loja, entregas rápidas e eficientes de vizinhança e um serviço instantâneo de Compre & Retire, nos posicionando para liderar a transformação da nossa indústria.

Atingimos em 2018 diversos objetivos estratégicos. Complementando a expansão, a Univer provou ser uma plataforma robusta de aquisição de clientes, crescendo o portfólio de clientes e o faturamento. Avançamos no engajamento dos clientes, lançando um programa de adesão ao tratamento e fidelização de crônicos, e melhoramos os aplicativos, lançamos o Compre & Retire nas 1.825 lojas, oferecemos entregas de vizinhança em 16 cidades e criamos três equipes ágeis para melhorar as soluções digitais. Avançamos em monetização, com uma precificação mais inteligente, pilotando o *machine learning* e ampliando a penetração das marcas próprias. Por fim, realizamos pilotos em vacinação, que serão ampliados, e fortalecemos a 4Bio, com receita de R\$ 749,3 milhões, um crescimento de 37,3% e aumento no EBITDA ajustado de 53,7%.

## Relatório da Administração

### DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA 2019

**Crescimento Orgânico Acelerado:** Possuímos 1.825 lojas, das quais 1.179 lojas foram abertas nos últimos 7 anos desde a fusão. Começamos com 100 aberturas por ano. Passo a passo, reforçando nossa prospecção, alavancando a inteligência, fortalecendo a governança e as nossas escolhas de pontos, otimizando os processos de licenciamento, engenharia, regularizando o ritmo de aberturas e mensurando e prevendo a canibalização e o faturamento marginal por loja, nós abrimos 240 novas filiais em 2018. Estas lojas estão localizadas em pontos comerciais excepcionais nos 22 estados e possuem receitas por loja madura consistentes e retornos marginais pouco abaixo de 20%, nos permitindo impulsionar significativamente a nossa criação de valor ao longo de todo o período. Em 2019, abriremos mais 240 novas lojas, alavancando a nossa plataforma única de expansão nacional. Também estamos revitalizando o nosso formato de loja popular, que passará por um aumento da área de vendas, melhorando assim a experiência do cliente com uma proposta de valor completa no autosserviço, agregando um programa de fidelidade e de CRM e alavancando a força das bandeiras Droga Raia e Drogasil, ao passo que mantemos a mesma austeridade e modelo operacional da Farmasil (pontos com alto fluxo de pedestres, horário de funcionamento reduzido, despesas enxutas, pagamento no balcão, foco em genéricos, etc.). Conforme elevamos a participação de mercado e a densidade de lojas, o sucesso na abertura de lojas para a classe C se torna primordial para sustentarmos o ritmo acelerado de expansão nos próximos anos.

**Oferecer uma Experiência Digital Centrada no Consumidor:** O principal pilar da nossa estratégia é melhorar o engajamento do cliente por meio da oferta de uma experiência multicanal integrada e incrementar a sua fidelidade através do CRM. Temos evidências concretas que os clientes multicanais gastam mais e são mais fieis do que aqueles que compram somente em loja, ainda que a maior parte dessas vendas continue ocorrendo nas lojas. Portanto, a estratégia por trás das entregas de vizinhança e do Compre & Retire não é necessariamente a criação de valor diretamente nesses canais, ainda que isso possa vir a ocorrer. Nosso grande objetivo é criar um nível tal de conveniência e fidelidade que incremente o *lifetime value* desse cliente ao longo de todo esse espectro de canais. Um consumidor digital que instala o nosso aplicativo nos permite criar um engajamento muito mais intenso do que a simples efetivação de compras online. Portanto, definimos como meta atingirmos ao final de 2019 o total de 2 milhões de clientes multicanais, contra 400 mil ao final de 2018. E uma vez que a entrega de vizinhança e o Compre & Retire são as principais portas de entrada desse cliente multicanal, nós investiremos de forma relevante para impulsionar esses serviços, assim como para melhorar a experiência de compra dentro da loja também por meio do digital. Pretendemos alavancar a tecnologia *mobile* e a inteligência de dados para melhorar os principais elementos e eliminar as dores da experiência de compras, seja ela em loja, totalmente digital ou uma experiência combinada física e digital, que é o caminho do futuro, e para fazê-lo, investiremos em mais equipes ágeis para acelerarmos a transformação digital. Queremos impulsionar o Compre & Retire, aumentar o alcance das nossas entregas de vizinhança e também oferecer uma entrega de dia seguinte mais barata a partir de todos os CDs.

**Normalizar nosso Crescimento nas Lojas Maduras:** O principal desafio de 2018 foi a desaceleração do crescimento nas lojas maduras. Historicamente, registramos taxas de crescimento próximas à inflação, o que nos permitiu sustentar nosso nível de alavancagem operacional (temos a maior receita por loja e diluição de despesas entre as principais redes do Brasil). Em 2018, conforme o mercado se tornou mais competitivo, nós decidimos investir intensamente em preços, especialmente nos genéricos. Acreditamos que a maior parte desses investimentos já foram efetivados, mas se identificarmos novas oportunidades ou necessidades, estamos dispostos a investir mais, a fim de acelerar o nosso crescimento. Embora tenhamos observado um sólido crescimento em volumes, a queda nos preços médios resultou em um decréscimo nas lojas maduras de 1,3% em 2018. Iniciaremos 2019 com um ritmo de crescimento das lojas maduras similar ao do 4T18, que foi pouco acima de zero. Nosso objetivo é acelerar progressivamente esse crescimento de forma a encerrar o ano com um ritmo próximo à inflação. Acreditamos que este cenário é possível em função de uma melhora sequencial como consequência da nossa nova estratégia de preços e das nossas iniciativas digitais, e também porque a base de comparação de 2018 vai ficando mais fácil ao longo do ano. Se normalizarmos o crescimento no final do ano, poderemos iniciar 2020 com uma inércia favorável e com a expectativa de aumentos das margens.

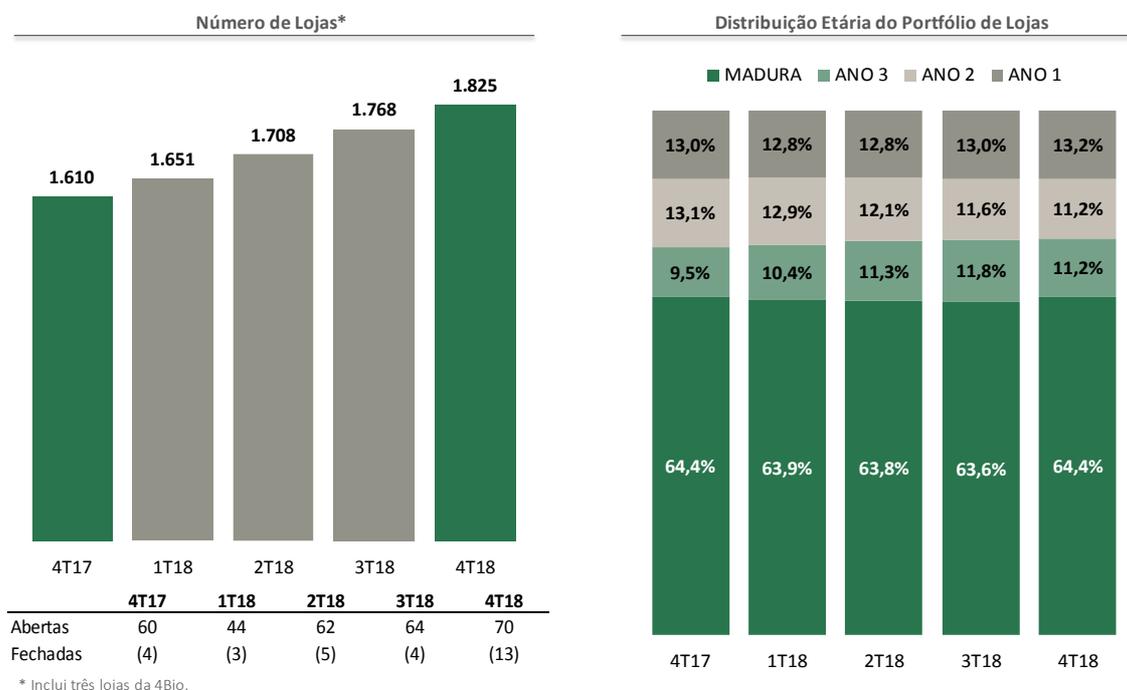
**Reduzir Despesas e Melhorar nosso Modelo de Gestão:** Poderemos perder alavancagem operacional em 2019 e enfrentar aumentos adicionais de despesas em função do IGP-M elevado e da abertura de dois novos CDs, entre outras, o que deve resultar em uma pressão de margens no ano. Assim sendo, nós queremos atacar as nossas ineficiências e buscar oportunidades para reduzir despesas, de forma a mitigar essas pressões. Fizemos grandes esforços em aumento de eficiência nas lojas desde 2016, o que aumentou o nosso diferencial de produtividade em relação ao mercado. Agora, com uma base de despesas mais enxuta, necessitamos de uma nova abordagem para identificar novas eficiências. Portanto, contratamos a *Heartman House*, uma consultoria especializada em produtividade, para nos ajudar a definir estratégias de redução para cada despesa e alinhar os alvos estabelecidos aos incentivos dos executivos. Além disso, buscaremos por anomalias de despesas usando *advanced analytics*, o que trará mais precisão e agilidade para reduzirmos tais despesas.

**Desenvolver os nossos líderes:** Cuidar dos talentos e formar líderes sempre foi um desafio crucial para acelerar o crescimento. Desde a fusão, implementamos diversos programas de desenvolvimento de líderes que nos permitiram acelerar nosso ritmo de expansão anual para 240 aberturas. Conforme embarcamos em uma experiência digital centrada no consumidor, criamos uma nova Proposta de Valor ao Empregado (*Employee Value Proposition* ou *EVP* em inglês), que objetiva transformar nossa cultura e construir novas competências. Nosso objetivo é tornar a organização mais fluida, com melhor comunicação horizontal e equipes ágeis, que são multidisciplinares e interdependentes por natureza, impulsionando a nossa inovação.

Por fim, queremos agradecer aos nossos acionistas pela confiança, aos mais de 36 mil funcionários pelo incansável comprometimento e aos nossos milhões de clientes que, todos os meses, nos confiam a sua saúde e o seu bem-estar. Reiteramos o comprometimento de criar valor aos acionistas, oportunidades aos funcionários e bem-estar aos clientes, materializando o nosso Propósito de **Cuidar de Perto da Saúde e Bem-estar das Pessoas em Todos os Momentos da Vida.**

## Relatório da Administração

### EXPANSÃO DA REDE



Abrimos 240 novas lojas e fechamos 25 em 2018 (70 aberturas e 13 encerramentos no 4T18), encerrando o período com um total de 1.825 lojas em operação, incluindo as três lojas da 4Bio.

Atingimos o *guidance* de 240 aberturas para 2018, o que reflete a robustez da nossa expansão, e reiteramos o nosso *guidance* de 240 aberturas brutas para 2019. Ao final do período, um total de 35,6% das nossas lojas ainda estavam em processo de maturação, ou seja, ainda não haviam atingido todo o seu potencial de receita e de rentabilidade.

Dos 25 encerramentos realizados em 2018 (13 no 4T18), 9 lojas (4 no 4T18) foram de lojas ainda em processo de maturação que representam erros de abertura, normais para uma expansão de larga escala. Adicionalmente, registramos 4 realocações de lojas maduras (1 no 4T18) e 6 fechamentos resultantes da otimização do portfólio de lojas maduras (todos os 6 no 4T18), com expectativas positivas de retorno associadas.

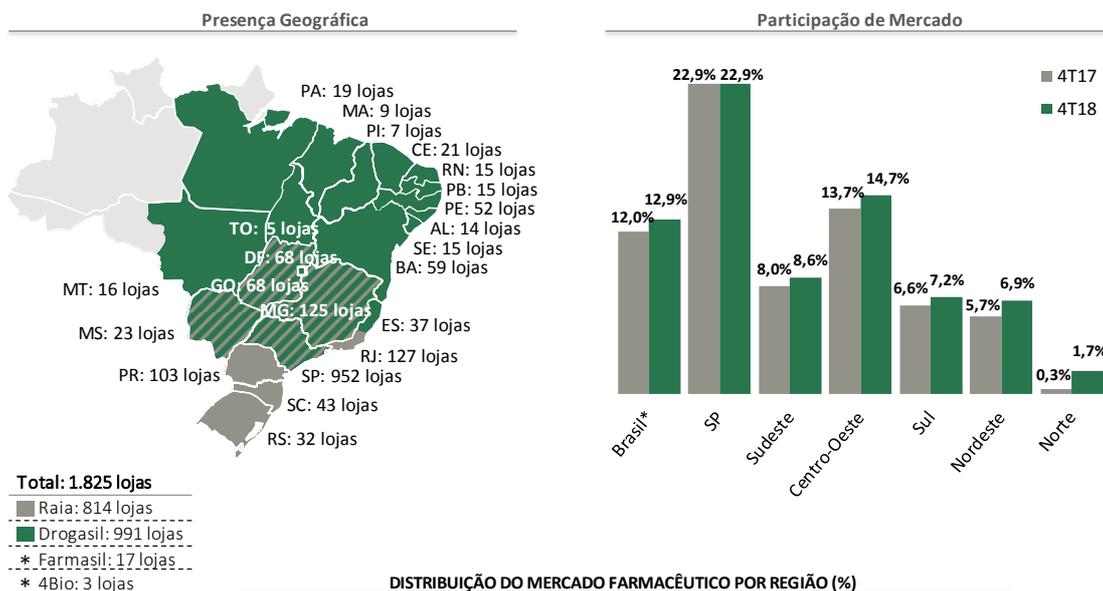
Ainda, registramos 4 fechamentos de lojas Farmasil no 3T18 e 3 mudanças para a bandeira Drogasil durante o 4T18, como consequência da evolução do nosso formato de lojas populares, que alavancará o modelo operacional existente da Farmasil em lojas maiores (120 m<sup>2</sup> a 140 m<sup>2</sup>) utilizando as marcas Raia e Drogasil, o que pode levar ao fechamento das lojas cujas áreas de venda não podem ser expandidas.

Os 2 fechamentos remanescentes no 4T18 foram temporários devido à mudança de bandeira das lojas, que já foram reabertas em janeiro.

Nossa participação nacional de mercado atingiu 12,9% no trimestre (incluindo 4Bio), o maior valor já registrado, que representa um incremento de 0,9 ponto percentual quando comparado ao 4T17. Aumentamos ou mantivemos nossa participação de mercado em todas as seis regiões onde atuamos. Os principais destaques foram a região Centro-Oeste, onde nós terminamos o ano com 14,7%, um incremento de 1,0 ponto percentual, e a região Nordeste, onde atingimos uma participação de mercado de 6,9%, um incremento de 1,2 ponto percentual. Nós registramos uma participação de mercado de 22,9% em São Paulo, que continuou estável em relação ao 4T17, e 8,6% de participação nos estados remanescentes do Sudeste, um incremento de 0,6 ponto percentual. Por fim, nós registramos uma participação de mercado de 7,2% no Sul, um incremento de 0,6 ponto percentual e 1,7% no Norte, um incremento de 1,4 ponto percentual.

Em 2018 nós consolidamos nossa presença em 22 estados que juntos representam 97,7% do mercado farmacêutico brasileiro, por meio de nossa entrada nos estados do Maranhão e Pará, com 9 e 19 lojas respectivamente, que estão apresentando ótimos resultados iniciais.

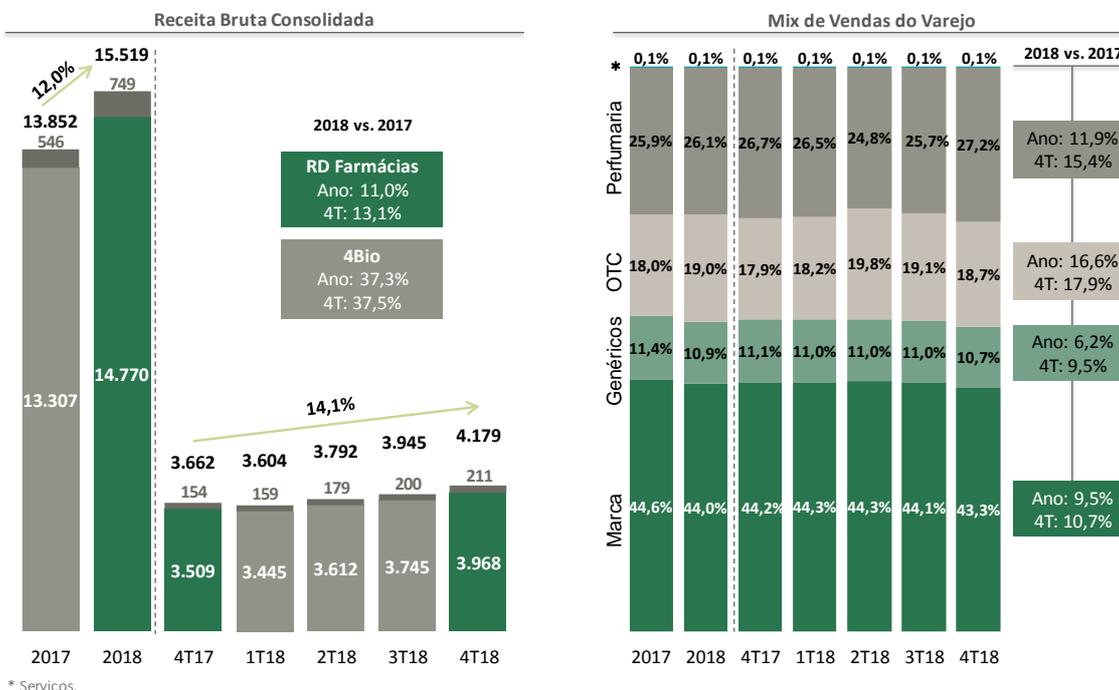
## Relatório da Administração



Fonte: IQVIA

\* Inclui a participação da 4Bio somente no total do Brasil.

## RECEITA BRUTA



\* Serviços.

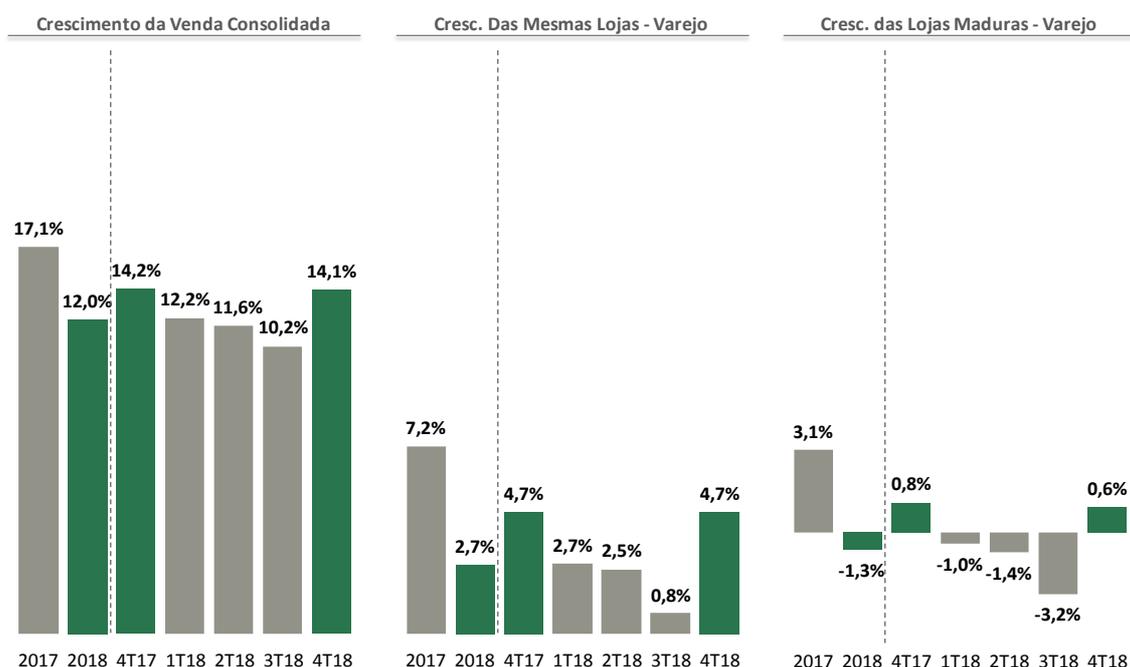
Encerramos 2018 com uma receita bruta consolidada de R\$ 15.519,1 milhões (R\$ 4.178,9 no trimestre), um incremento de 12,0% em relação ao ano anterior (14,1% no trimestre). A RD Farmácias registrou um crescimento de 11,0% (13,1% no trimestre), enquanto a 4Bio cresceu 37,3% no período (37,5% no trimestre).

Mais uma vez OTC foi o destaque do ano, com crescimento de 16,6% (17,9% no trimestre) e ganho de 1,0 ponto percentual de participação no mix de vendas (0,8% no trimestre). HPC cresceu 11,9% (15,4% no trimestre), um ganho de 0,2 ponto percentual de

## Relatório da Administração

participação no mix de vendas (0,5% no trimestre). Por outro lado, Medicamentos de Marca cresceram 9,5% no ano (10,7% no trimestre), e perderam 0,6 ponto percentual de participação no mix de vendas (redução de 0,9% no trimestre). A performance de OTC em detrimento de Medicamentos de Marca foi alavancada pelo *switch* de alguns medicamentos de marca para OTC, uma migração de 0,4% ponto percentual (0,4% no trimestre). Receitas provenientes de Genéricos cresceram 6,2% (9,5% no trimestre com um crescimento em unidades vendidas de 16,4% (22,5% no trimestre), reflexo do êxito de nossa estratégia de precificação e de mix

É importante ressaltar que a boa performance de HPC foi parcialmente afetada por uma base de comparação mais fácil no 4T17, quando registramos um trimestre mais frio e chuvoso do que o normal, especialmente nos dias de pico que precederam o recesso de Ano novo, o que penalizou nosso mix sazonal de HPC no trimestre.



Nós registramos em 2018 um crescimento médio de 2,7% nas mesmas lojas e de -1,3% nas lojas maduras. No 4T18, o crescimento nas mesmas lojas foi de 4,7%, enquanto as lojas maduras registraram um crescimento de 0,6%. Nós registramos um efeito calendário positivo de 0,1% no trimestre.

Por fim, o Mercado Farmacêutico Brasileiro cresceu 8,2% em 2018 de acordo com a IQVIA, enquanto o crescimento de unidades foi de 6,6%, o que implica em um crescimento médio de preço de 1,5%, abaixo da inflação. Isto reflete principalmente a migração do consumidor para genéricos mais baratos.

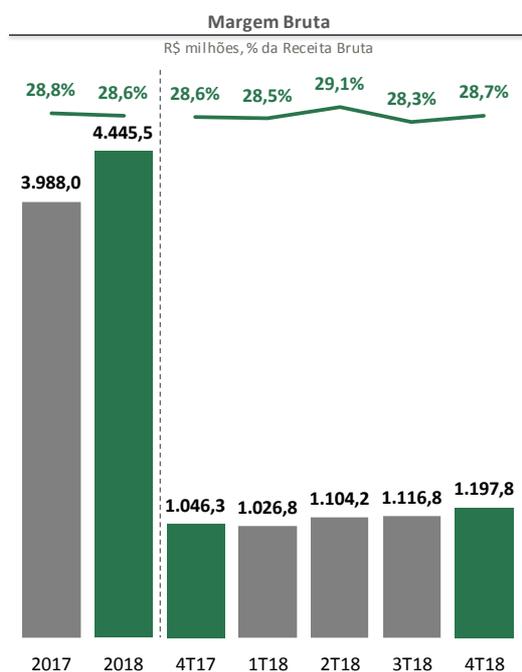
### LUCRO BRUTO

A margem bruta atingiu 28,6%, uma pressão de 0,2 ponto percentual em comparação a 2017. No 4T18, registramos uma margem bruta de 28,7%, uma expansão de 0,1 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2018, registramos uma pressão de 0,1 ponto percentual decorrente do Ajuste a Valor Presente (AVP), que é um ajuste não caixa impactado pela queda da taxa de juros no Brasil, e uma pressão de 0,2 ponto percentual proveniente da 4Bio, consequência de um efeito negativo de mix. As pressões registradas no ano foram parcialmente mitigadas por ganhos comerciais de 0,1 ponto percentual.

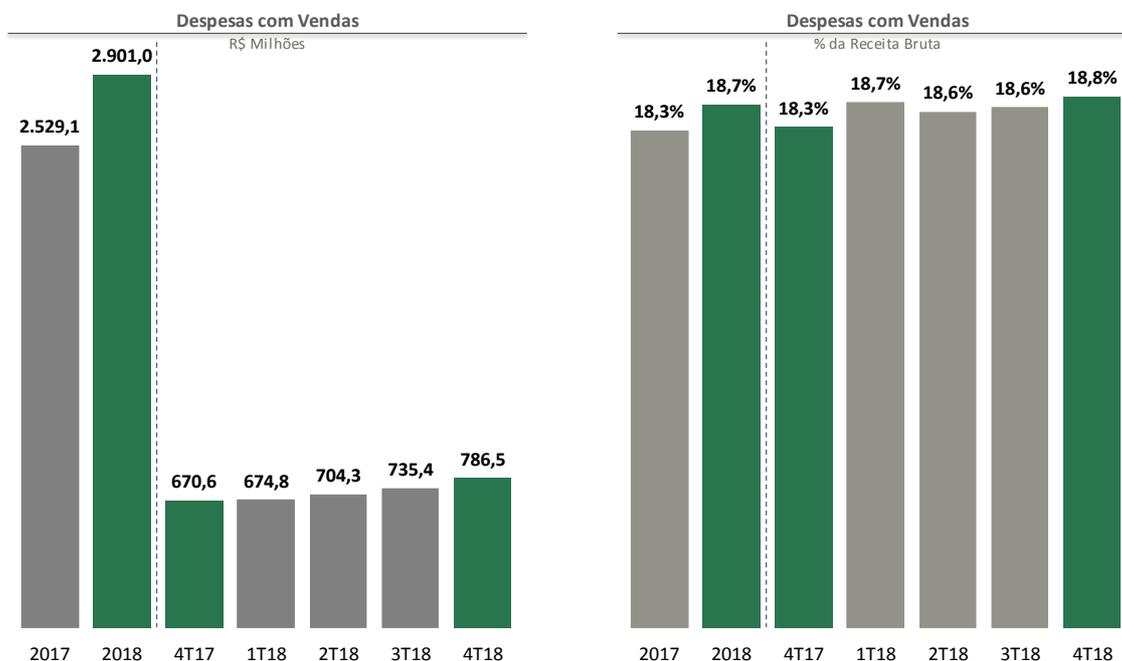
No 4T18, registramos um ganho de 0,3 ponto percentual devido à créditos fiscais de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo tributável. Tais créditos referem-se ao ano de 2018 e foram integralmente contabilizados no trimestre. Esse ganho foi parcialmente mitigado por uma pressão de 0,2 ponto percentual decorrente da 4Bio.

## Relatório da Administração



### DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas totalizaram R\$ 2.901,0 milhões, equivalente a 18,7% da receita bruta, uma pressão de 0,4 ponto percentual sobre 2017.



Despesas de pessoal e de aluguel pressionaram a margem em 0,2 ponto percentual cada, enquanto despesas com logística e novas lojas pressionaram a margem em 0,1 ponto percentual cada. Estas pressões se deveram principalmente à perda de alavancagem operacional resultante da performance das vendas nas lojas maduras abaixo da inflação ao longo do ano e à aceleração do IGP-M, que pressionou as despesas com aluguéis. Por outro lado, tivemos uma diluição de 0,2 ponto percentual decorrente da 4Bio, que possui menores despesas com vendas e registrou uma diluição de despesas significativa em 2018.

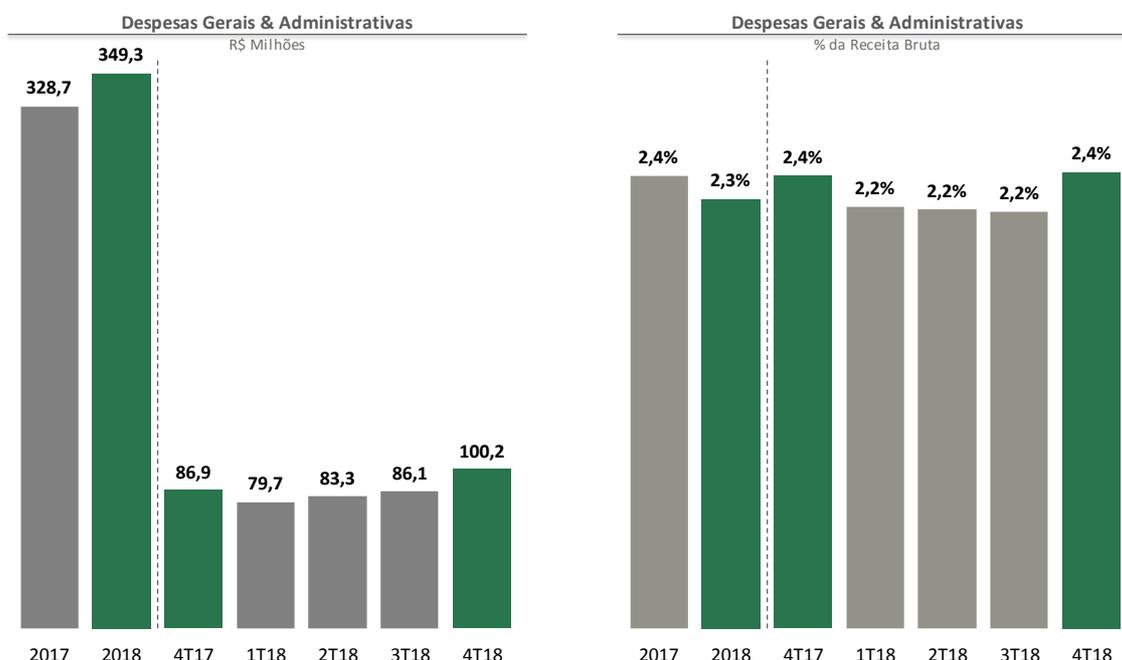
## Relatório da Administração

No trimestre, as despesas com vendas totalizaram R\$ 786,5 milhões, equivalente a 18,8% da receita bruta e uma pressão de 0,5 ponto percentual contra o 4T17, também resultado da perda de alavancagem operacional e da aceleração do IGP-M. Aluguéis, logística e o resultado das lojas abertas em 2018, incluindo despesas pré-operacionais, pressionaram a margem em 0,2 ponto percentual cada, enquanto outras despesas com vendas pressionaram em 0,1 ponto percentual. Essas pressões foram parcialmente mitigadas por uma diluição de 0,2 ponto percentual proveniente da 4Bio.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 349,3 milhões em 2018, equivalente a 2,3% da receita bruta, uma diluição de 0,1 ponto percentual em comparação com 2017, refletindo principalmente uma queda nas despesas com remuneração variável.

No 4T18, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 100,2 milhões, equivalente a 2,4% da receita bruta, permanecendo estável em relação ao mesmo período do ano anterior. Nós registramos uma pressão de 0,2 ponto percentual em contingências trabalhistas, neutralizadas por uma diluição de 0,2 ponto percentual devido a uma redução nas despesas com remuneração variável.



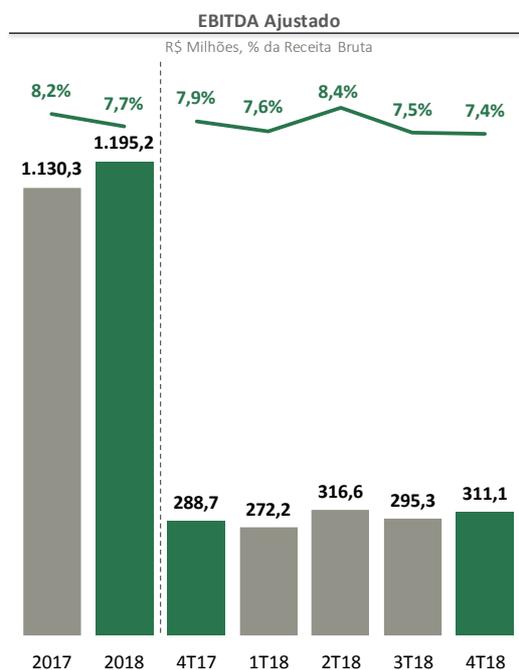
### EBITDA

Registramos um EBITDA ajustado de R\$ 1.195,2 milhões em 2018, um crescimento de 5,7% e uma margem de 7,7%, representando uma contração de 0,5 ponto percentual em relação mesmo período do ano anterior.

No 4T18, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 311,1 milhões, um crescimento de 7,8% uma margem EBITDA de 7,4% e uma pressão de 0,5 ponto percentual. É importante mencionar que a margem bruta do trimestre foi beneficiada em 0,3 ponto percentual por conta de créditos fiscais de PIS e COFINS relativos ao ano de 2018. Por outro lado, o provisionamento de contingências trabalhistas referentes à trimestres anteriores de 2018 pressionou o resultado em 0,1 ponto percentual. Excluindo esses efeitos, a margem EBITDA no trimestre teria sido de 7,2%.

As lojas abertas no ano, bem como aquelas já em processo de abertura, geraram uma redução no EBITDA de R\$ 42,4 milhões em 2018 (uma redução de R\$ 6,2 milhões no trimestre). Considerando apenas as 1.585 lojas em operação desde o final de 2017 e a elas atribuindo a totalidade das despesas logísticas, gerais e administrativas, o EBITDA ajustado teria sido de R\$ 1.237,7 milhões (R\$ 317,4 milhões no trimestre), equivalente a uma margem EBITDA de 8,3% (8,1% no trimestre).

## Relatório da Administração



A RD Farmácias registrou um EBITDA de R\$ 1.178,4 milhões (R\$ 306,3 milhões no trimestre), com uma margem de 8,0% (7,7% no trimestre), uma pressão de 0,4 ponto percentual sobre 2017 (contração de 0,4 ponto percentual no trimestre).

Por fim, a 4Bio atingiu um EBITDA de R\$ 16,8 milhões (R\$ 4,8 milhões no trimestre) e margem de 2,2% (2,3% no trimestre), uma expansão de 0,2 ponto percentual (expansão de 0,6 ponto percentual no trimestre).

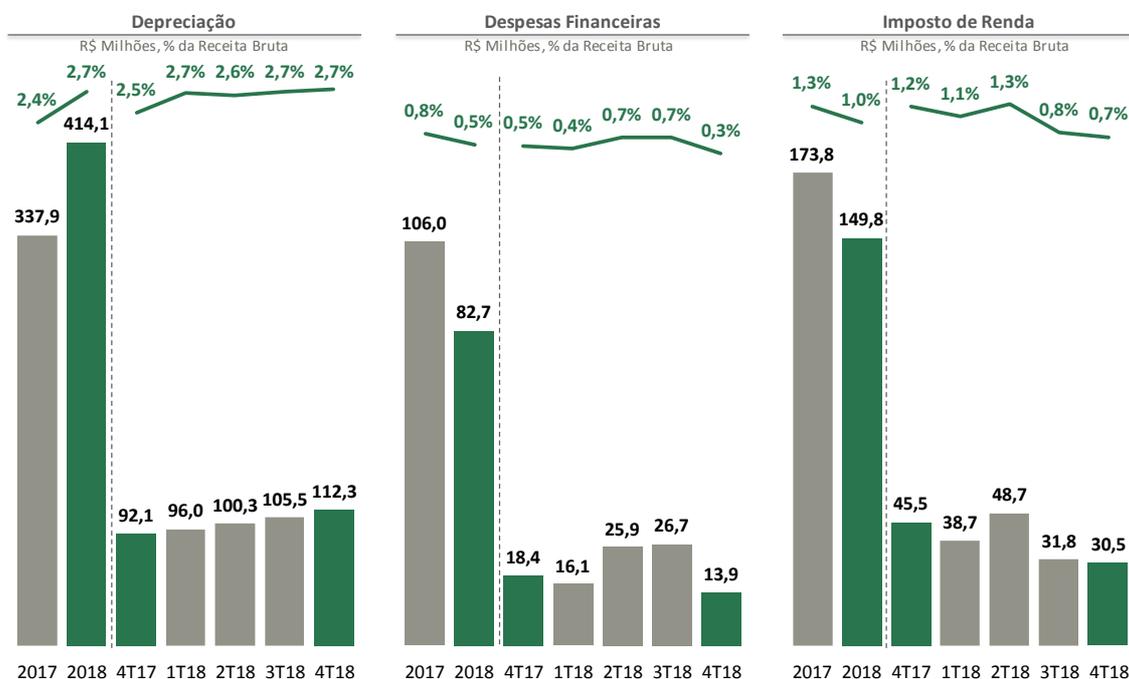
Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	1T18	2T18	3T18	4T18	2018
<b>Lucro Líquido</b>	<b>121,3</b>	<b>137,7</b>	<b>128,8</b>	<b>121,5</b>	<b>509,3</b>
(+) Imposto de Renda	38,7	46,6	30,6	13,6	129,5
(+) Resultado Financeiro	16,1	25,9	26,7	13,9	82,7
<b>EBIT</b>	<b>176,1</b>	<b>210,1</b>	<b>186,2</b>	<b>149,0</b>	<b>721,5</b>
(+) Depreciação e Amortização	96,0	100,3	105,5	112,3	414,1
<b>EBITDA</b>	<b>272,2</b>	<b>310,4</b>	<b>291,7</b>	<b>261,3</b>	<b>1.135,6</b>
(+) Gastos com planejamento estratégico		9,6	2,2	2,1	13,9
(+) Baixa de Ativos - Farmasil			1,3	0,3	1,5
(-) Créditos Fiscais Não-recorrentes		(3,3)		(7,4)	(10,7)
(+) Contingências Trabalhistas: reivindicações de casos de anos anteriores				47,2	47,2
(+) Despesas com Reestruturação				7,6	7,6
<b>Total de Despesas Não Recorrentes</b>	<b>0,0</b>	<b>6,2</b>	<b>3,5</b>	<b>49,8</b>	<b>59,6</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>272,2</b>	<b>316,6</b>	<b>295,3</b>	<b>311,1</b>	<b>1.195,2</b>

Em 2018, registramos R\$ 59,6 milhões em despesas não recorrentes, sendo R\$ 49,8 milhões registradas no 4T18.

No 4T18, registramos R\$ 47,2 milhões em contingências trabalhistas relacionadas a reivindicações de casos de anos anteriores devido à uma mudança na metodologia de estimativa. Além disso, registramos R\$ 7,6 milhões decorrentes de despesas com reestruturação esperados para 2020, R\$ 2,1 milhões em despesas com consultoria relacionadas ao desenvolvimento de nosso Planejamento Estratégico e R\$ 0,3 milhão em baixa de ativos relacionados ao fechamento de 4 lojas da bandeira Farmasil, que não puderam se adequar ao nosso formato popular. Por fim, registramos R\$ 7,4 milhões em ganhos fiscais não recorrentes relacionados a créditos de PIS e COFINS referentes a anos anteriores a 2018.

## Relatório da Administração

### DEPRECIÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTO DE RENDA



As despesas de depreciação totalizaram R\$ 414,1 milhões em 2018 (R\$ 112,3 milhões no trimestre), equivalente a 2,7% da receita bruta (2,7% no trimestre), e um aumento de 0,3 ponto percentual sobre o ano anterior (pressão de 0,2 ponto percentual no trimestre) refletindo a aceleração do nosso plano de expansão e uma menor diluição dada a performance de vendas mais fraca no ano.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 82,7 milhões em 2018 (R\$ 13,9 milhões no trimestre), representando 0,5% da receita bruta (0,3% no trimestre), uma retração de 0,3 ponto percentual sobre o ano anterior (diluição de 0,2 ponto percentual no trimestre). Ajustes de AVP penalizaram o resultado financeiro em R\$ 49,7 milhões em 2018 (R\$ 15,4 milhões no trimestre).

Adicionalmente, registramos R\$ 11,1 milhões em despesas financeiras relativas à opção de compra da 4Bio (R\$15,3 milhões em ganhos no trimestre), contra 2,3 milhões em despesas em 2017 (R\$ 5,0 milhões em ganhos financeiros líquidos no 4T17). É importante mencionar que os R\$ 15,3 milhões em ganhos financeiros registrados durante o trimestre foram resultado de R\$ 16,8 milhões em receitas financeiras relacionadas à redução no valor esperado a pagar pelos 45% restantes da 4Bio em 2021, devido a menores margens projetadas entre 2018 e 2020, menos R\$ 1,5 milhão em despesas de juros sobre a opção de compra. Esta análise é realizada anualmente durante o quarto trimestre.

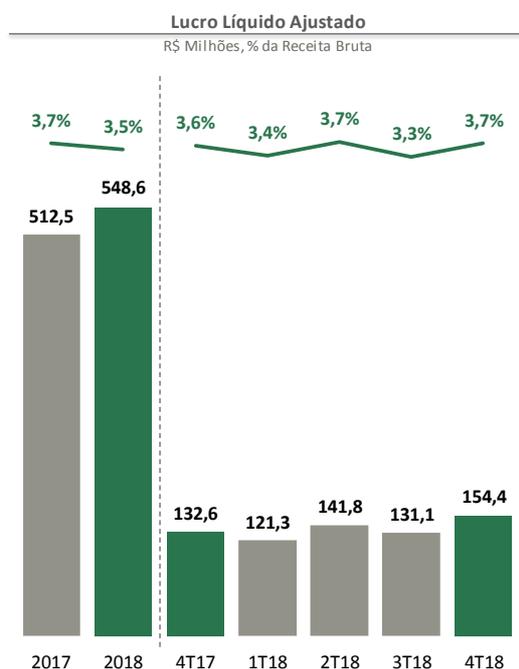
Excluindo os ajustes de AVP, as despesas relativas à opção de compra da 4Bio e os R\$ 5,1 milhões de receita financeira pontual registrada no 1T18 como resultado de uma reversão de juros acumulados sobre impostos a pagar, os juros efetivamente incorridos sobre o passivo financeiro totalizaram R\$ 49,2 milhões em 2018 (R\$ 13,8 milhões no trimestre), correspondendo a 0,3% da receita bruta em 2018 (também 0,3% no trimestre), estável em relação a 2017.

Por fim, provisionamos R\$ 149,8 milhões em imposto de renda (R\$ 30,5 milhões no trimestre), equivalente a 1,0% da receita bruta (0,7% no trimestre). É importante ressaltar que nós registramos uma redução de impostos de R\$ 21,7 milhões (R\$ 7,7 milhões no 3T18 e R\$ 14,0 milhões no 4T18), relacionados a uma decisão legal que permitiu a exclusão das subvenções para investimento estaduais da base tributável do imposto de renda. Tais créditos fiscais referem-se ao ano de 2018.

### LUCRO LÍQUIDO

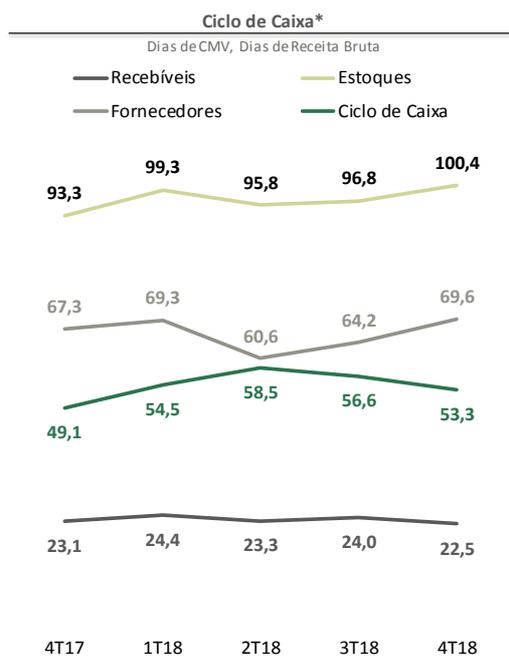
O lucro líquido ajustado totalizou R\$ 548,6 milhões em 2018, equivalente a uma margem líquida de 3,5% (R\$ 154,4 milhões no trimestre, uma margem líquida de 3,7%). Isto representou um crescimento de 7,0% no lucro líquido e uma pressão de 0,2 ponto percentual sobre o ano anterior (16,4% de crescimento e uma expansão de 0,1 ponto percentual no trimestre).

## Relatório da Administração



### CICLO DE CAIXA

Nosso ciclo de caixa no 4T18 foi 4,2 dias maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Os estoques aumentaram 7,1 dias, reflexo de nossos esforços em defender nossas margens por meio de melhores condições comerciais com fornecedores. Além disso, contas a pagar aumentaram 2,3 dias e, por fim, as contas a receber diminuíram 0,6 dia, refletindo um calendário mais favorável no final de dezembro quando comparado ao mesmo período de 2017.



\* Ajustado para recebíveis descontados.

## Relatório da Administração

### FLUXO DE CAIXA

Registramos um fluxo de caixa livre negativo de R\$ 139,9 milhões em 2018, e um consumo de caixa total de R\$ 341,4 milhões. Nosso fluxo de caixa operacional totalizou R\$ 563,0 milhões, tendo sido integralmente consumido pelos R\$703,0 milhões em investimentos realizados durante o período. Os recursos das operações totalizaram R\$ 925,1 milhões, equivalentes a 6,0% da receita bruta, enquanto o consumo de capital de giro foi de R\$362,0 milhões.

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>4T18</b>	<b>4T17</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<i>(R\$ milhões)</i>				
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>198,8</b>	<b>196,6</b>	<b>781,1</b>	<b>792,4</b>
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(16,6)	(14,6)	(50,4)	(63,9)
Despesas Não Recorrentes	(49,8)	2,4	(59,5)	0,2
Imposto de Renda (34%)	(45,0)	(62,7)	(228,2)	(247,8)
Depreciação	112,3	92,1	414,1	337,9
Outros Ajustes	61,4	8,8	68,0	32,2
<b>Recursos das Operações</b>	<b>261,1</b>	<b>222,6</b>	<b>925,1</b>	<b>851,0</b>
Ciclo de Caixa*	17,9	28,2	(344,4)	(337,0)
Outros Ativos (Passivos)**	(29,0)	(22,9)	(17,6)	75,5
<b>Fluxo de Caixa Operacional</b>	<b>250,0</b>	<b>227,9</b>	<b>563,0</b>	<b>589,5</b>
<b>Investimentos</b>	<b>(220,9)</b>	<b>(159,5)</b>	<b>(703,0)</b>	<b>(639,2)</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre</b>	<b>29,1</b>	<b>68,4</b>	<b>(139,9)</b>	<b>(49,7)</b>
JSCP	(86,4)	(85,6)	(173,6)	(170,8)
IR pago sobre JSCP	(15,2)	(14,5)	(29,5)	(28,5)
Resultado Financeiro***	1,5	(4,5)	(32,9)	(46,8)
Recompra de Ações	-	-	(46,9)	-
IR (Benefício fiscal sobre result. fin. e JSCP)	17,6	19,0	81,5	84,8
<b>Fluxo de Caixa Total</b>	<b>(53,5)</b>	<b>(17,2)</b>	<b>(341,4)</b>	<b>(211,0)</b>

\*Inclui ajustes para recebíveis descontados.

\*\*Inclui amortização de ágio da fusão e ajustes de AVP.

\*\*\*Exclui ajuste de AVP.

No 4T18, registramos um fluxo de caixa livre positivo de R\$ 29,1 milhões e um consumo de caixa total de R\$ 53,5 milhões. Nosso fluxo de caixa operacional totalizou R\$ 250,0 milhões, tendo financiado integralmente os R\$ 220,9 milhões em investimentos realizados no período. Os recursos das operações totalizaram R\$ 261,1 milhões, equivalente a 6,2% da receita bruta, enquanto registramos um consumo de capital de giro de R\$ 11,1 milhões.

Dos R\$ 703,0 milhões investidos no ano, R\$ 441,3 milhões foram destinados a abertura de novas lojas, R\$ 128,9 milhões para a reforma de lojas existentes e R\$ 132,8 milhões para investimentos em infraestrutura.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 32,9 milhões em 2018 (R\$ 1,5 milhão no trimestre), excluindo os efeitos do AVP. Essas despesas foram mais do que compensadas pela dedução fiscal de R\$ 81,5 milhões relativa às despesas financeiras e aos juros sobre o capital próprio apropriados no período para pagamento em data posterior (R\$ 17,6 milhões no trimestre).

Provisionamos R\$ 209,5 milhões em juros sobre capital próprio em 2018 (R\$ 56,0 milhões no 4T18) versus 202,5 milhões em 2017 (R\$ 51,5 milhões no 4T17), refletindo um *payout* de 41,1%, através da utilização de todo o limite legal permitido.

### ENDIVIDAMENTO

Encerramos o ano com uma dívida líquida de R\$ 735,0 milhões versus R\$ 393,6 milhões em 2017. A Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA foi 0,6x, sendo 0,3x maior quando comparada ao mesmo período do ano passado em função do investimento significativo realizado no ano.

A dívida líquida inclui R\$ 36,4 milhões em obrigações relacionadas ao exercício de opção de compra obtida e/ou opção de venda concedida para a aquisição da participação minoritária de 45% na 4Bio. Essa obrigação reflete a estimativa de avaliação da 4Bio em dezembro de 2018, a qual assume o múltiplo pré-acordado, o EBITDA anual médio estimado para 2018, 2019 e 2020 e a dívida líquida média estimada para 2020 conforme estipulado nos contratos de aquisição. Estas estimativas são revisadas anualmente para refletir

## Relatório da Administração

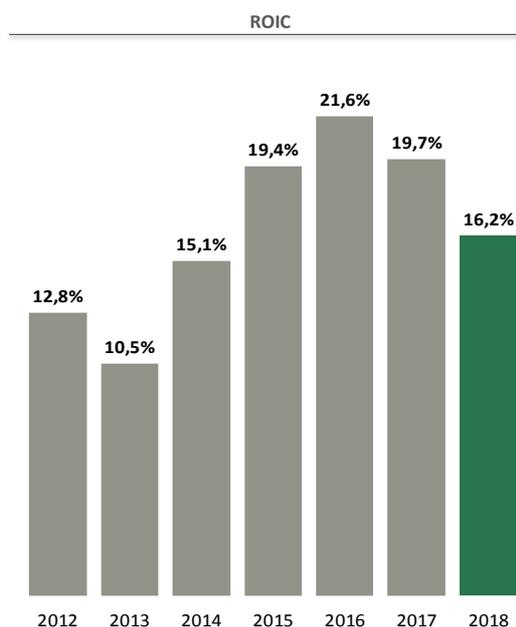
eventuais mudanças nas perspectivas econômicas da 4Bio. Por fim, registramos R\$97,0 milhões em descontos nos recebíveis no trimestre.

<b>Dívida Líquida</b>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>
<i>(R\$ milhões)</i>		
Dívida de curto prazo	196,2	272,9
Dívida de longo prazo	414,7	570,2
<b>Dívida Bruta</b>	<b>611,0</b>	<b>843,1</b>
(-) Caixa e Equivalentes	264,9	241,6
<b>Dívida Líquida</b>	<b>346,1</b>	<b>601,6</b>
Recebíveis Descontados	-	97,0
Opção de Compra/Venda da 4Bio (estimado)	47,5	36,4
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>393,6</b>	<b>735,0</b>
Dívida Líquida / EBITDA	0,3x	0,6x

Nosso endividamento bruto totalizou R\$ 843,1 milhões, composto por 22,1% em linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), 75,9% correspondentes às debêntures emitidas em abril de 2017 e 2018 e 2,0% relacionados à outras dívidas. Do nosso endividamento total, 67,6% é de longo prazo e 32,4% refere-se às parcelas de curto prazo. Encerramos o trimestre com uma posição de caixa total (caixa e aplicações financeiras) de R\$ 241,6 milhões.

### RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (ROIC)

Registramos em 2018 um retorno sobre o capital investido (ROIC) de 16,2%, uma contração de 3,5 ponto percentual quando comparado a 2017, refletindo uma queda em nossa margem operacional, uma aceleração nos investimentos e um crescimento em nosso ciclo de caixa.



É importante ressaltar que o ROIC é duramente penalizado pelo nosso crescimento orgânico acelerado, já que 35,6% das lojas tiveram a totalidade do investimento realizado, porém ainda não atingiram a maturação e o potencial de rentabilidade. Este efeito é especialmente prejudicial para as novas lojas abertas em 2018 ou que estavam em fase pré-operacional para a abertura em 2019, que consumiram um investimento de R\$ 441,3 milhões, bem como investimentos adicionais de capital de giro, e que geraram um EBITDA negativo de R\$ 42,4 milhões no ano fiscal, uma vez que em média, elas ainda não atingiram o ponto de equilíbrio. Portanto, conforme o portfólio de lojas amadurece, esperamos que o ROIC se eleve.

## Relatório da Administração

### RETORNO TOTAL AO ACIONISTA

Em 2018, a nossa ação se desvalorizou em 36,4%, 51,9 pontos percentuais abaixo do IBOVESPA, o qual se valorizou em 15,5% no período. Desde o IPO da Drogasil registramos uma valorização acumulada de 1,055,2% em comparação à valorização de 61,6% registrada pelo IBOVESPA. Incluindo o pagamento de juros sobre o capital próprio, isto equivaleu a um retorno ao acionista médio anual de 22,4%. Considerando o IPO da Raia, em dezembro de 2010, a valorização acumulada no período foi de 325,6% em comparação à um crescimento de 29,3% registrado pelo IBOVESPA. Incluindo o pagamento de juros sobre o capital próprio, isto equivaleu a um retorno ao acionista médio anual de 19,8%.

Por fim, nossa ação registrou uma liquidez média diária de R\$ 91,6 milhões no trimestre.



### EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de fevereiro de 2018, a Companhia firmou com as sociedades CCI Foreign, S.A.R.L. e Beauty Holdings, L.L.C., controladas da CVS Health Corporation (CVS), um Contrato de Compra e Venda de Quotas, regulando a aquisição de 100% do capital da Onofre pela RD.

Adquirida pela CVS em 2013, a Onofre é uma das mais tradicionais redes de drogarias do Brasil. Ela combina uma rede com 50 lojas físicas (47 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Belo Horizonte) com uma das principais operações de e-commerce farmacêutico do País, sendo hoje uma das marcas líderes nesse canal.

A aquisição da Onofre nos permitirá incrementar a nossa escala e capilaridade no varejo físico, bem como acelerar e incrementar a nossa estratégia digital, aumentando a densidade de entregas e expandindo a atuação do Onofre em Casa, com entrega local para todos os mercados onde a RD possui estrutura logística.

O fechamento e a implementação da transação deverão acontecer uma vez verificadas certas condições precedentes, dentre as quais a aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma do art. 88, § 3º, da Lei n.º 12529, de 30.11.2011. Uma vez concluída a transação, o processo arbitral atualmente em curso na Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá, e que envolve a Onofre e a CVS, seguirão sob gestão da CVS Health, sem qualquer envolvimento da RD, cabendo exclusivamente à CVS tanto os ganhos como as perdas eventualmente incorridas em função da sentença arbitral.

**Relatório da Administração**

<b>Demonstração do Resultado Consolidado Ajustado</b> <i>(em milhares de R\$)</i>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Receita bruta de vendas e serviços</b>	<b>3.662.178</b>	<b>4.178.909</b>	<b>13.852.469</b>	<b>15.519.133</b>
Deduções	(160.882)	(181.845)	(639.964)	(717.688)
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>3.501.296</b>	<b>3.997.064</b>	<b>13.212.505</b>	<b>14.801.445</b>
Custo das mercadorias vendidas	(2.455.038)	(2.799.277)	(9.224.506)	(10.355.924)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.046.258</b>	<b>1.197.788</b>	<b>3.987.999</b>	<b>4.445.521</b>
Despesas				
Com vendas	(670.608)	(786.502)	(2.529.051)	(2.901.011)
Gerais e administrativas	(86.931)	(100.177)	(328.663)	(349.318)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(757.539)</b>	<b>(886.679)</b>	<b>(2.857.714)</b>	<b>(3.250.330)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>288.719</b>	<b>311.109</b>	<b>1.130.285</b>	<b>1.195.191</b>
Depreciação e Amortização	(92.123)	(112.310)	(337.915)	(414.134)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>196.596</b>	<b>198.799</b>	<b>792.370</b>	<b>781.058</b>
Despesas financeiras	(40.066)	(31.415)	(212.922)	(154.437)
Receitas financeiras	21.626	17.512	106.883	71.783
<b>Despesas / Receitas Financeiras</b>	<b>(18.440)</b>	<b>(13.903)</b>	<b>(106.039)</b>	<b>(82.654)</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	<b>178.156</b>	<b>184.896</b>	<b>686.331</b>	<b>698.404</b>
Imposto de renda e contribuição social	(45.533)	(30.492)	(173.819)	(149.790)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>132.623</b>	<b>154.404</b>	<b>512.513</b>	<b>548.614</b>

**Relatório da Administração**

<b>Demonstração do Resultado Consolidado</b> <i>(em milhares de R\$)</i>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Receita bruta de vendas e serviços</b>	<b>3.662.178</b>	<b>4.178.909</b>	<b>13.852.469</b>	<b>15.519.133</b>
Deduções	(160.882)	(181.845)	(639.964)	(717.688)
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>3.501.296</b>	<b>3.997.064</b>	<b>13.212.505</b>	<b>14.801.445</b>
Custo das mercadorias vendidas	(2.455.038)	(2.799.277)	(9.224.506)	(10.355.924)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.046.258</b>	<b>1.197.788</b>	<b>3.987.999</b>	<b>4.445.521</b>
Despesas				
Com vendas	(670.608)	(786.502)	(2.529.051)	(2.901.011)
Gerais e administrativas	(86.931)	(100.177)	(328.663)	(349.318)
Outras despesas operacionais, líquidas	2.372	(49.807)	212	(59.548)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(755.167)</b>	<b>(936.486)</b>	<b>(2.857.502)</b>	<b>(3.309.878)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>291.091</b>	<b>261.302</b>	<b>1.130.497</b>	<b>1.135.643</b>
Depreciação e Amortização	(92.123)	(112.310)	(337.915)	(414.134)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>198.968</b>	<b>148.992</b>	<b>792.583</b>	<b>721.510</b>
Despesas financeiras	(40.066)	(31.415)	(212.922)	(154.437)
Receitas financeiras	21.626	17.512	106.883	71.783
<b>Despesas / Receitas Financeiras</b>	<b>(18.440)</b>	<b>(13.903)</b>	<b>(106.039)</b>	<b>(82.654)</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	<b>180.528</b>	<b>135.089</b>	<b>686.544</b>	<b>638.856</b>
Imposto de renda e contribuição social	(46.339)	(13.558)	(173.891)	(129.544)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>134.188</b>	<b>121.531</b>	<b>512.653</b>	<b>509.313</b>

**Relatório da Administração**

<b>Ativo</b>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>
<i>(em milhares de R\$)</i>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	264.873	241.568
Clientes	930.071	937.389
Estoques	2.517.594	3.087.275
Tributos a Recuperar	78.777	84.852
Outras Contas a Receber	119.004	156.848
Despesas Antecipadas	17.885	21.893
	<u>3.928.204</u>	<u>4.529.826</u>
<b>Não Circulante</b>		
Depósitos Judiciais	29.215	25.770
Tributos a Recuperar	34.293	44.578
Outros Créditos	5.246	2.484
Imobilizado	1.276.276	1.546.960
Intangível	1.191.016	1.202.388
	<u>2.536.045</u>	<u>2.822.180</u>
<b>ATIVO</b>	<u>6.464.249</u>	<u>7.352.005</u>

**Relatório da Administração**

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>
<i>(em milhares de R\$)</i>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	1.815.687	2.141.274
Empréstimos e Financiamentos	196.248	272.939
Salários e Encargos Sociais	202.799	237.542
Impostos, Taxas e Contribuições	130.432	92.964
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	37.474	24.843
Provisão para Demandas Judiciais	2.724	2.512
Outras Contas a Pagar	108.415	141.370
	<u>2.493.779</u>	<u>2.913.443</u>
<b>Não Circulante</b>		
Empréstimos e Financiamentos	414.711	570.211
Provisão para Demandas Judiciais	8.170	48.877
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	228.714	237.757
Outras Obrigações	68.503	46.949
	<u>720.098</u>	<u>903.794</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	1.808.639	1.808.639
Reservas de Capital	151.156	116.363
Reserva de Reavaliação	12.197	12.022
Reservas de Lucros	1.228.149	1.522.073
Lucros Acumulados	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(30.230)	(30.230)
Participação de Não Controladores	27.860	34.911
Dividendo Adicional Proposto	52.602	70.990
	<u>3.250.372</u>	<u>3.534.769</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>6.464.249</u>	<u>7.352.005</u>

**Relatório da Administração**

<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b> <i>(em milhares de R\$)</i>	<b>4T17</b>	<b>4T18</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>180.528</b>	<b>135.089</b>	<b>686.544</b>	<b>638.856</b>
<b>Ajustes</b>				
Depreciações e amortizações	92.122	112.310	337.914	414.134
Plano de remuneração com ações restritas, líquido	3.129	3.186	12.638	12.515
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	(5.000)	(15.294)	2.287	(11.135)
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	1.953	4.894	6.609	12.166
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(78)	52.844	7.788	49.167
Provisão (reversão) para perdas no estoque	1.704	(1.644)	3.656	(2.680)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	588	(635)	2.314	(4.739)
Provisão (reversão) para encerramento de lojas	1.529	2.784	(811)	1.556
Despesas de juros	13.653	14.082	64.234	56.699
Amortizações do custo de transação de financiamentos	65	495	188	(2.388)
	<b>290.193</b>	<b>308.111</b>	<b>1.123.360</b>	<b>1.164.151</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Clientes e outras contas a receber	(44.471)	117.695	(173.728)	1.133
Estoques	(180.604)	(278.729)	(371.782)	(567.001)
Outros ativos circulantes	8.849	(2.153)	27.852	(10.091)
Ativos no realizável a longo prazo	(2.672)	1.326	(17.895)	(45.438)
Fornecedores	253.257	275.702	208.482	318.449
Salários e encargos sociais	(48.824)	(51.094)	3.421	34.743
Impostos, taxas e contribuições	(11.984)	(15.209)	(19.936)	(69.041)
Outras Obrigações	(9.963)	3.242	(10.368)	922
Aluguéis a pagar	4.220	5.960	9.472	12.885
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>258.001</b>	<b>364.851</b>	<b>778.878</b>	<b>840.712</b>
Juros pagos	(19.169)	(23.770)	(36.863)	(43.478)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.352)	(14.937)	(113.175)	(118.381)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>217.480</b>	<b>326.144</b>	<b>628.840</b>	<b>678.853</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado e intangível	(160.001)	(220.912)	(640.330)	(702.985)
Recebimentos por vendas de imobilizados	547	7	1.150	17
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(159.454)</b>	<b>(220.905)</b>	<b>(639.180)</b>	<b>(702.968)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos tomados	(9)	16.994	400.448	423.954
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(102.075)	(67.777)	(231.021)	(202.597)
Recompra de Ações	0	0	0	(46.925)
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(85.632)	(86.444)	(170.847)	(173.622)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(187.716)</b>	<b>(137.227)</b>	<b>(1.420)</b>	<b>810</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(129.690)</b>	<b>(31.988)</b>	<b>(11.760)</b>	<b>(23.305)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>394.563</b>	<b>273.556</b>	<b>276.632</b>	<b>264.873</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>264.873</b>	<b>241.568</b>	<b>264.873</b>	<b>241.568</b>

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia" ou "Raia Drogasil") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo, sob o código de negociação RDL3.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada 4Bio Medicamentos S.A. (em conjunto "Consolidado" ou "Grupo") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.825 lojas (1.610 lojas - 2017), distribuídas em 22 Estados (20 Estados - 2017) da Federação, conforme segue:

Estado	Consolidado	
	2018	2017
São Paulo	952	894
Rio de Janeiro	127	118
Minas Gerais	125	103
Paraná	103	87
Distrito Federal	68	64
Goiás	68	64
Bahia	59	42
Pernambuco	52	36
Santa Catarina	43	38
Espírito Santo	37	32
Rio Grande do Sul	32	32
Mato Grosso do Sul	23	21
Ceará	21	7
Pará	19	
Mato Grosso	16	14
Rio Grande do Norte	15	14
Paraíba	15	13
Sergipe	15	13
Alagoas	14	11
Maranhão	9	
Piauí	7	3
Tocantins	5	4
<b>Total</b>	<b>1.825</b>	<b>1.610</b>

As lojas da Raia Drogasil são abastecidas por nove centrais de distribuição localizadas em sete Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco e Bahia.

A sociedade controlada 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e do Tocantins.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2019.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas esperadas nos estoques, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(u).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

### 3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas – datas iniciais de vigência

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram adotados pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

#### (a) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39 / CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

## Notas Explicativas

### (i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*) uma vez que a Companhia não opera com instrumentos de *hedge*.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

#### Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### Ativos financeiros mensurados a VJORA - Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR - Valor Justo por meio do Resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### Ativos financeiros mensurados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado Abrangente

Esses ativos são subsequentemente mensurados a valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### Instrumentos de dívida ao VJORA - Valor Justo por Meio dos Outros Resultados

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

## Notas Explicativas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação, um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

A Administração do Grupo concluiu em suas análises que a adoção do CPC 48 / IFRS 9 não resultou em modificações significativas que não sejam as nomenclaturas das novas categorias de ativos e passivos financeiros e seus correspondentes reflexos nas políticas contábeis da Empresa. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros do Grupo estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em debêntures compromissadas, com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Nota 5), contas a receber de clientes, representadas em quase sua totalidade em recebíveis de cartões de crédito e débito (Nota 6) e valores a receber de controlada. Esses ativos financeiros, anteriormente classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a partir de 1º de janeiro de 2018.

### (ii) Perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, não apresentou impactos na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes uma vez que parte relevante do saldo de contas a receber está representado por valores a receber de administradoras de cartões de crédito e convênios com empresas, gestoras de planos de saúde e governo.

### (iii) Contabilidade de *Hedge*

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as

## Notas Explicativas

de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*.

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mudança no valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado.

### (iv) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, porém, sem alteração de valores monetários na data da transição.

### (b) CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida à partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

(i) Identificação de um contrato com o cliente;

(ii) Determinação das obrigações de desempenho;

(iii) Determinação do preço da transação;

(iv) Alocação do preço da transação; e

(v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

### Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc) para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de medicamentos onde o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contemplam os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

As mudanças nas práticas contábeis introduzidas pelo CPC 47 / IFRS 15 não resultaram em modificações dos critérios de reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadorias e serviços.

## Notas Explicativas

### Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

O CPC 47 / IFRS 15 não teve impacto nas políticas contábeis do Grupo para as devoluções e cancelamentos.

### Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais onde produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas.

As principais categorias de acordos comerciais são:

(i) descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios – trata-se de benefícios concedidos pelo fornecedor do Grupo ao consumidor final do Grupo que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na grande maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado do sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido.

Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece como receita de contrato com cliente tendo como contrapartida um saldo a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(ii) verbas de *marketing* e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda do Grupo.

A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um saldo a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas – tratam-se de programas de bonificação concedidos ao Grupo associados a metas de compra e de venda das mercadorias de um determinado fornecedor. O Grupo considera o benefício obtido como uma redução dos valores a pagar de fornecedores, tendo como contrapartida a conta de estoques, a partir do momento em que conclui ser altamente provável que o benefício obtido não será sujeito a reversão.

Nos casos (ii) e (iii) acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

A Administração analisou estas contraprestações variáveis e concluiu que o processo de reconhecimento da redução do custo da mercadoria associada a esses programas não produziu impactos financeiros nas contas patrimoniais ou de resultado, considerando o reconhecimento contábil que vinha sendo adotado até 31 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

### Componente significativo de financiamento

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. Não houve mudanças em relação à prática contábil adotada até 31 de dezembro de 2017.

### Transição

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15, usando o método retrospectivo simplificado, ou seja, com adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem alteração de valores monetários na data da transição. Adicionalmente a Administração realizou análise dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017 e não foram observados impactos com a adoção desta nova norma.

### (c) Interpretação ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira

Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Não houve impactos da adoção dessa interpretação para o Grupo.

A seguir, apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício a iniciar-se em 1º de janeiro de 2019.

### (d) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil / Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leases e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, porém, a referida norma não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

### Inventário de contratos

Durante o exercício de 2018, a Administração do Grupo contratou empresa especializada e independente para auxiliar na identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

## Notas Explicativas

De posse dos resultados, o Grupo avaliou os potenciais impactos da aplicação inicial que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2019. Os impactos reais da adoção da norma, até sua completa implementação, poderão mudar em decorrência dos fatores a seguir:

- O Grupo está em fase final de testes de avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudanças até a apresentação das demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

### Arrendamentos em que o Grupo atua como arrendatária

Após avaliação e inventário dos contratos o Grupo reconhecerá novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamento de locação de imóveis operacionais (2.122 contratos); (ii) aluguéis residenciais, onde profissionais do Grupo estão fora do seu local original de trabalho (483 contratos); (iii) centros de distribuição/administrativos (15 contratos); e (iv) frota de veículos (1 contrato).

A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudará, uma vez que o Grupo passará a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remensuração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesa financeiras de juros. Anteriormente, o Grupo reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento.

### Isenções

Durante os estudos preliminares foram identificados contratos de aluguéis que estão dentro do escopo de isenções da norma, que são:

- Prazo de vigência menor do que um ano;
- Contratos de baixo valor;
- Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis;
- Contratos de aluguéis em que o Grupo não possui o controle do ativo; e
- Não possuem um prazo determinado.

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de impressora, empilhadeiras, balanças *cardiotech*, geradores de energia, alinhadores de elétrons e placas fotovoltaicas.

### Resultados

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

O Grupo espera com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais:

- Aumento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento;
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional); e
- Diminuição do Lucro Líquido (efeito temporal).

## Notas Explicativas

Após estudos preliminares e com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá os seguintes valores na data de transição em 1º de janeiro de 2019:

<b>Contas contábeis impactadas / novas contas contábeis</b>	<b>Consolidado Valor</b>
<b>Ativo não circulante</b>	
Direito de uso de ativos	3.663.270
Valores relacionados a saldo de incentivos contratuais <sup>(i)</sup>	(28.370)
<b>Total direito de uso líquido</b>	<b>3.634.900</b>
<b>Passivo circulante</b>	
Passivo de arrendamento	482.094
<b>Passivo não circulante</b>	
Passivo de arrendamento	3.634.900

(i) Referem-se substancialmente à valores de carência do aluguel (por acordos previstos em contrato), contabilizados anteriormente à data de transição desse pronunciamento contábil, líquido de valores adiantados aos locadores.

Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. Após estudos preliminares a taxa real de desconto ficou em 2,94% e corresponde a taxa de captação de debêntures de 02 de abril de 2018 conforme descrito na Nota 13 (referência em % CDI acumulado em 31 de dezembro de 2018, líquido da inflação de 2018). O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

### Transição

O Grupo aplicará a CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como o cálculo dos dividendos e possibilita a utilização de expedientes prático, detalhados abaixo.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente, o direito de uso dos ativos serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, salvo valores relacionados com incentivos contratuais, valores pagos antecipados, custo com devolução de imóveis, que farão parte do saldo de direito de uso do ativo de arrendamento mediante reclassificação.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

### (e) IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração está avaliando os impactos dessas alterações.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

## Notas Explicativas

### 4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### (a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### (b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### (i) Obrigações com acionista de Controlada

Quando da aquisição de 55% das quotas da empresa 4Bio Medicamentos Ltda. (atualmente denominada 4Bio Medicamentos S.A. ou 4Bio), a Companhia e o acionista fundador firmaram contrato com outorga de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador cujo preço de exercício será calculado com base em múltiplos de EBITDA ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios de 2018 a 2020.

O passivo financeiro (passivo não circulante) representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Obrigações com acionista de Controlada) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

No último trimestre do exercício ou na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas/atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados na rubrica de Obrigações com acionista de Controlada (Nota 9), em contrapartida de despesa financeira.

## Notas Explicativas

### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria de "custo amortizado".

### (d) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante; e
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

### Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

## Notas Explicativas

### Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais;
- Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado;
- As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado; e
- Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

### Instrumentos patrimoniais

O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a Administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito do Grupo receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

### Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, conforme data de transição, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem retrospectiva, sem efeito monetário, conforme permitido pelo IFRS 9 / CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e

## Notas Explicativas

deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9 / CPC 48, as mudanças nas políticas contábilis foram aplicadas retrospectivamente sem alteração de valores monetários na data da transição. Por esse motivo, as práticas contábilis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, conforme apresentadas a seguir:

### Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

### Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

### Impairment de ativos financeiros

#### (i) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda

## Notas Explicativas

tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### (ii) Passivos financeiros

#### Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

#### Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

#### Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

#### Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## Notas Explicativas

### (e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 3 (a)(ii)).

Até 31 de dezembro de 2017, a perda para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### (f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

### (g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

### (h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante quando não houver expectativa de perda ou como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

### (i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10(a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de

## Notas Explicativas

depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva de reavaliação, no grupo de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

### (j) Intangíveis

#### (1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

#### (2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 10(b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

#### (3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10(b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10(b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

## Notas Explicativas

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

### (k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). A UGCs da Companhia são as lojas.

### (l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

### (m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

### (n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos, existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido, e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 17d).

### (o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) do resultado do exercício para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de

## Notas Explicativas

Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

### (p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

### (q) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e sua controlada gozam de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida lei, está destinando os montantes descritos na Nota 17(e), para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita a aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

### (r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### (s) Reconhecimento de receita

As práticas contábeis adotadas pelo Grupo para o reconhecimento da receita, a partir de 1º de janeiro de 2018 estão detalhadas na Nota 3(b), acima.

### Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2017

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

### (t) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

## Notas Explicativas

### (u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

#### (1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

#### (2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### (3) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10(b)(ii).

#### (4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 14. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e esperadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e o histórico de indenizações do Grupo.

## Notas Explicativas

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	113.417	81.738	115.002	82.118
Fundo de investimento	2.381	90.769	2.381	90.769
Aplicações automáticas (a)	59.860		59.860	
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	25.344		25.344	
Debêntures compromissadas (c)	37.151	83.404	38.981	91.986
<b>Total</b>	<b>238.153</b>	<b>255.911</b>	<b>241.568</b>	<b>264.873</b>

(a) Trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo com resgates automáticos onde os ativos financeiros componentes da carteira tem prazo médio de 10 dias.

(b) A aplicação em certificado de depósito bancário com liquidez diária e prazo de carência de 30 dias.

(c) Trata-se de investimento em renda fixa com remuneração atrelada à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, lastreado em debêntures ofertadas publicamente emitidas por companhias, com compromisso de recompra por parte do Banco e revenda por parte do Grupo, conforme condições previamente pactuadas onde as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito, de baixo risco para o Grupo e com liquidez imediata sem perda de rendimento.

As aplicações financeiras estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras: Bradesco, Santander, Itaú e Banco do Brasil.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 24(b).

### 6. Clientes

Itens de clientes	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	806.541	841.471	938.744	934.735
(-) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa <sup>(i)</sup>	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)
<b>Total</b>	<b>805.649</b>	<b>837.582</b>	<b>937.389</b>	<b>930.071</b>

(i) A diminuição de saldo em 2018 refere-se a reversão por perda de créditos relacionados ao programa farmácia popular no montante de R\$ 3.132.

## Notas Explicativas

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Idades de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	799.003	831.006	923.872	919.711
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	2.784	4.497	7.679	5.895
Entre 31 e 60 dias	2.982	1.949	3.678	2.364
Entre 61 e 90 dias	610	505	1.147	988
Entre 91 e 180 dias	1.128	3.514	1.937	4.306
Entre 181 e 360 dias	34		431	1.471
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(892)	(3.889)	(1.355)	(4.664)
<b>Total</b>	<b>805.649</b>	<b>837.582</b>	<b>937.389</b>	<b>930.071</b>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação de perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(3.889)	(2.612)	(4.664)	(2.756)
Adições	(5.684)	(9.967)	(8.354)	(13.629)
Reversões /perdas	8.681	8.690	11.663	11.721
<b>Saldo final</b>	<b>(892)</b>	<b>(3.889)</b>	<b>(1.355)</b>	<b>(4.664)</b>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros a custo amortizado e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4(d)(i) acima.

As reversões/perdas em 31 de dezembro de 2018 são compostas por R\$ 6.959 (perdas) e por R\$ 1.722 (reversões) na Controladora e por R\$ 7.422 (perdas) e por R\$ 4.241 (reversões) no Consolidado.

### 7. Estoques

Itens de estoques	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	2.984.574	2.490.941	3.052.322	2.529.596
Mercadorias em poder de terceiros <sup>(i)</sup>	44.825		44.825	
Materiais de consumo	1.268	1.819	1.268	1.819
Perdas esperadas nos estoques	(11.140)	(13.821)	(11.140)	(13.821)
<b>Total dos estoques</b>	<b>3.019.527</b>	<b>2.478.939</b>	<b>3.087.275</b>	<b>2.517.594</b>

(i) Mercadorias da Companhia localizadas em armazéns de terceiros.

## Notas Explicativas

A movimentação das perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação de perdas esperadas</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo inicial	(13.821)	(10.165)	(13.821)	(10.165)
Adições	(2.857)	(8.954)	(2.857)	(8.954)
Baixas	5.538	5.298	5.538	5.298
<b>Saldo final</b>	<b>(11.140)</b>	<b>(13.821)</b>	<b>(11.140)</b>	<b>(13.821)</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 9.742.023 (R\$ 8.775.884 - 2017) para a Controladora e de R\$ 10.355.923 (R\$ 9.224.505 - 2017) para o Consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 89.277 (R\$ 84.505 - 2017) para a Controladora e R\$ 89.557 (R\$ 84.770 - 2017) para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

### 8. Tributos a recuperar

<b>Itens de tributos a recuperar</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Tributos sobre o lucro a recuperar</b>				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	113	440	113	440
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	214	214	3.518	214
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido			1.237	
Subtotal	327	654	4.868	654
<b>Outros tributos a recuperar</b>				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor	37.679	57.661	41.470	58.350
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	186	320	186	320
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	58.410	43.250	58.410	43.250
PIS – Programa de integração social	4.228	892	4.228	892
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	19.474	4.108	19.474	4.109
FINSOCIAL – Fundo de investimento social – 1982 precatório	561	561	561	561
INSS – Instituto nacional da seguridade social		3.617		3.617
Subtotal	120.538	110.409	124.329	111.099
<b>Total</b>	<b>120.865</b>	<b>111.063</b>	<b>129.197</b>	<b>111.753</b>
Ativo circulante	76.520	78.088	84.852	78.778
Ativo não circulante	44.345	32.975	44.345	32.975

Os créditos de ICMS de R\$ 37.679 e de R\$ 186 (R\$ 57.661 e de R\$ 320 - Dez/2017) na Controladora e de R\$ 41.470 e R\$ 186 (R\$ 58.350 e R\$ 320 - Dez/2017) no consolidado, são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centro de Distribuição no Estado de Pernambuco, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses. Com relação aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados, a utilização será em até 48 meses conforme legislação vigente.

## Notas Explicativas

Durante o primeiro trimestre de 2017, quando do julgamento com repercussão geral, RE 574.706, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Neste contexto, a Companhia ajuizou medidas judiciais para suspender a exigibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições. A Companhia recalculou e apropriou créditos das contribuições, no montante de R\$ 23.702 (R\$ 4.228 - PIS e R\$ 19.474 - COFINS).

### 9. Investimentos

#### (a) Combinação de negócios

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

O Contrato estabelece outorgas de opção de compra e opção de venda do saldo remanescente das ações correspondente a 45% da totalidade, atualmente em poder do acionista fundador, a serem exercidas após janeiro de 2021 e cujo valor justo será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e a findar em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2018, corresponde a R\$ 36.380 (R\$ 47.515 - Dez/2017).

O valor justo das ações adicionais registrado na Controladora e no consolidado, no valor de R\$ 36.380 (R\$ 47.515 - Dez/2017), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 10,07% em dezembro de 2018 (11,84% - Dez/2017), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 38,38% em dezembro de 2018 (50,58% - Dez/2017), considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 25.563 no Consolidado, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

#### (b) Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

<u>Razão Social</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	40.108	31.489

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação de investimentos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	31.489	29.424
Aumento de capital em Controlada <sup>(i)</sup>	228	471
Resultado de equivalência patrimonial	8.391	1.821
Participação sobre dividendos propostos		(227)
<b>Saldo final</b>	<b>40.108</b>	<b>31.489</b>

(i) Trata-se da capitalização dos dividendos propostos em 2017, sem modificação na participação societária na Controlada.

## Notas Explicativas

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio, a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		
Lucro líquido do exercício	8.965	2.395
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(574)	(574)
<b>Lucro líquido ajustado da 4Bio</b>	<b>8.391</b>	<b>1.821</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>		
Investimento a valor de livros (55%)	24.348	15.383
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	4.324	5.192
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(1.471)	(1.766)
Participação sobre dividendos propostos		(227)
<b>Total de patrimônio líquido ajustado</b>	<b>27.201</b>	<b>18.582</b>
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	12.907
<b>Saldo de investimentos</b>	<b>40.108</b>	<b>31.489</b>

### (c) Dividendo de controlada

Em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social da Controlada, em 2017, foi calculado e apropriado dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido anual ajustado.

## Notas Explicativas

## 10. Imobilizado e intangível

## a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	27.440	41.917	501.042	300.919	23.224	766.487	3.863	1.664.892
Adições			147.388	68.031	38.542	291.154		545.115
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>27.440</b>	<b>41.917</b>	<b>642.058</b>	<b>367.753</b>	<b>59.183</b>	<b>977.427</b>	<b>3.863</b>	<b>2.119.641</b>
Adições			185.815	78.529	4.622	350.268		619.234
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)		(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)		(2.834)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.440</b>	<b>41.917</b>	<b>816.474</b>	<b>441.238</b>	<b>63.656</b>	<b>1.199.761</b>	<b>3.863</b>	<b>2.594.349</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Taxas anuais médias de depreciação(%)								
Saldo em 1º de janeiro de 2017		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20,0 - 23,7	17,0 - 21,6	20,0	
Adições		(19.872)	(173.655)	(128.644)	(14.378)	(320.186)	(3.266)	(660.001)
Alienações e baixas		(1.113)	(52.762)	(43.420)	(10.440)	(162.239)	(455)	(270.429)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			5.913	2.736	8.107	68.320		85.076
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>(20.985)</b>	<b>(221.374)</b>	<b>(170.137)</b>	<b>(16.711)</b>	<b>(412.800)</b>	<b>(3.721)</b>	<b>(845.728)</b>
Adições		(1.083)	(66.979)	(50.494)	(7.120)	(211.434)	(142)	(337.252)
Alienações e baixas			7.133	4.465	82	119.608		131.288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536			492		1.028
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>(22.068)</b>	<b>(280.684)</b>	<b>(216.166)</b>	<b>(23.749)</b>	<b>(504.134)</b>	<b>(3.863)</b>	<b>(1.050.664)</b>
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2017	27.440	20.932	420.684	197.616	42.472	564.627	142	1.273.913
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	535.790	225.072	39.907	695.627		1.543.685

## Notas Explicativas

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	27.440	41.917	501.929	301.725	23.511	767.229	3.863	1.667.614
Adições			147.630	68.416	38.508	291.634		546.188
Alienações e baixas			(8.408)	(3.011)	(2.583)	(78.148)		(92.150)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			2.036	1.814		(2.066)		1.784
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>27.440</b>	<b>41.917</b>	<b>643.187</b>	<b>368.944</b>	<b>59.436</b>	<b>978.649</b>	<b>3.863</b>	<b>2.123.436</b>
Adições			186.175	78.975	4.622	350.969		620.741
Alienações e baixas			(10.057)	(5.044)	(149)	(126.442)		(141.692)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			(1.342)			(1.492)		(2.834)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.440</b>	<b>41.917</b>	<b>817.963</b>	<b>442.875</b>	<b>63.909</b>	<b>1.201.684</b>	<b>3.863</b>	<b>2.599.651</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Taxas anuais médias de depreciação (%)								
Saldo em 1º de janeiro de 2017		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20 - 23,7	17 - 21,6	20	
Adições		(19,872)	(173,916)	(128,970)	(14,596)	(320,388)	(3,266)	(661,008)
Alienações e baixas		(1,113)	(52,858)	(43,568)	(10,424)	(162,436)	(455)	(270,854)
Perdas esperadas para encerramento de lojas			5,913	2,736	8,107	68,320		85,076
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>(20,985)</b>	<b>(221,731)</b>	<b>(170,611)</b>	<b>(16,913)</b>	<b>(413,199)</b>	<b>(3,721)</b>	<b>(847,160)</b>
Adições		(1,083)	(67,093)	(50,690)	(7,135)	(211,704)	(1,42)	(337,847)
Alienações e baixas			7,133	4,465	82	119,608		131,288
Perdas esperadas para encerramento de lojas			536	(809)		1,305		1,028
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>(22,068)</b>	<b>(281,155)</b>	<b>(216,836)</b>	<b>(23,966)</b>	<b>(504,803)</b>	<b>(3,863)</b>	<b>(1.052.691)</b>
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2017	27.440	20.932	421.456	198.333	42.523	565.450	1,42	1.276.276
Em 31 de dezembro de 2018	27.440	19.849	536.808	226.039	39.943	696.881		1.546.960

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no Consolidado:

## Notas Explicativas

## b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	245.813	80.305	22.275	780.084	151.700	41.700	6.129	1.328.006
Adições	50.480	34.118					693	85.291
Alienações e baixas	(28.643)	(4.872)					(168)	(33.683)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(1.271)	(9)					(1.280)	(1.280)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>266.379</b>	<b>109.542</b>	<b>22.275</b>	<b>780.084</b>	<b>151.700</b>	<b>41.700</b>	<b>6.654</b>	<b>1.378.334</b>
Adições	47.328	39.942					1.397	88.667
Alienações e baixas	(35.128)	(9.394)						(44.522)
Perdas esperadas para encerramento de lojas	362	(12)						350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>278.941</b>	<b>140.078</b>	<b>22.275</b>	<b>780.084</b>	<b>151.700</b>	<b>41.700</b>	<b>8.051</b>	<b>1.422.829</b>
<b>Amortização acumulada</b>								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(120.982)	(30.181)	(2.387)			(37.177)		(190.727)
Adições	(45.757)	(19.142)				(460)		(65.359)
Alienações e baixas	27.705	4.825						32.530
Perdas esperadas para encerramento de lojas	675	5						680
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(138.359)</b>	<b>(44.493)</b>	<b>(2.387)</b>			<b>(37.637)</b>		<b>(222.876)</b>
Adições	(49.194)	(24.804)				(460)		(74.458)
Alienações e baixas	33.162	9.384						42.546
Perdas esperadas para encerramento de lojas	(107)	8						(99)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(154.498)</b>	<b>(59.905)</b>	<b>(2.387)</b>			<b>(38.097)</b>		<b>(254.887)</b>
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2017	128.020	65.049	19.888	780.084	151.700	4.063	6.654	1.155.458
Em 31 de dezembro de 2018	124.443	80.173	19.888	780.084	151.700	3.603	8.051	1.167.942

## Notas Explicativas

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no Consolidado:

Movimentações	Costo	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A.	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		245.813	80.720	22.275	780.084	25.563	151.700	5.069	41.700	7.928	535	6.197	1.367.584
Adições		50.480	34.586									693	85.759
Alienações e baixas		(28.643)	(4.871)									(168)	(33.682)
Perdas esperadas para encerramento de lojas		(1.271)	(9)										(1.280)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>266.379</b>	<b>110.426</b>	<b>22.275</b>	<b>780.084</b>	<b>25.563</b>	<b>151.700</b>	<b>5.069</b>	<b>41.700</b>	<b>7.928</b>	<b>535</b>	<b>6.722</b>	<b>1.418.381</b>
Adições		47.328	40.257									1.798	89.383
Alienações e baixas		(35.128)	(9.395)										(44.523)
Perdas esperadas para encerramento de lojas		362	(12)										350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>278.941</b>	<b>141.276</b>	<b>22.275</b>	<b>780.084</b>	<b>25.563</b>	<b>151.700</b>	<b>5.069</b>	<b>41.700</b>	<b>7.928</b>	<b>535</b>	<b>8.520</b>	<b>1.463.591</b>
<b>Amortização acumulada</b>													
Taxas anuais médias de amortização (%)		17 - 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 - 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2017		(120.982)	(30.404)	(2.387)				(1.267)	(37.177)	(708)	(535)	(68)	(193.528)
Adições		(45.757)	(19.250)					(1.014)	(460)	(566)			(67.047)
Alienações e baixas		27.705	4.825										32.530
Perdas esperadas para encerramento de lojas		675	5										680
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>(138.359)</b>	<b>(44.824)</b>	<b>(2.387)</b>				<b>(2.281)</b>	<b>(37.637)</b>	<b>(1.274)</b>	<b>(535)</b>	<b>(68)</b>	<b>(227.365)</b>
Adições		(49.195)	(24.972)					(1.014)	(460)	(566)		(80)	(76.287)
Alienações e baixas		33.163	9.385										42.548
Perdas esperadas para encerramento de lojas		(107)	8										(99)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>(154.498)</b>	<b>(60.403)</b>	<b>(2.387)</b>				<b>(3.295)</b>	<b>(38.097)</b>	<b>(1.840)</b>	<b>(535)</b>	<b>(148)</b>	<b>(261.203)</b>
<b>Saldo líquido</b>													
Em 31 de dezembro de 2017		128.020	65.602	19.888	780.084	25.563	151.700	2.788	4.063	6.654		6.654	1.191.016
Em 31 de dezembro de 2018		124.443	80.873	19.888	780.084	25.563	151.700	1.774	3.603	6.088		8.372	1.202.388

## Notas Explicativas

### (i) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*impairment*).

#### Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

#### Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

#### Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

### (ii) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("*impairment*")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2018 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio Medicamentos S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 16,1% (15,6% - Dez/2017) antes dos impostos e 11,6% (11,3% - Dez/2017) após os impostos para Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A. e de 22,6% (23,0% - Dez/2017) antes dos impostos e 16,1% (16,1% - Dez/2017) após os impostos para 4Bio Medicamentos S.A.. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por valor recuperável nos ativos intangíveis ("*impairment*").

#### Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

## Notas Explicativas

### Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 6,39% (8,68% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para Raia S.A., (ii) média para os próximos 3 anos de 3,62% (7,98% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para a Drogaria Vison Ltda. e (iii) média para os próximos 3 anos de 24,19% (33,14% - Dez/2017) com perpetuidade de 3,9% (4,1% - Dez/2017) para 4Bio.

### Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos autorizados por órgão controlado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (31 de março de cada ano), as afetam em razão dos estoques preexistentes.

### Taxas de descontos

As taxas de desconto refletem a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

### Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas de reajustes de preços são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

### Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração do Grupo.

### Análise de sensibilidade

Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da Administração, em 31 de dezembro de 2018, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nas análises de recuperabilidade dos ágios.

A determinação de recuperabilidade dos ágios depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

## 11. Benefícios a empregados

### (a) Programa de participação nos resultados

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de

## Notas Explicativas

salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas (Nota 19).

### (b) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios de curto prazo a empregados, tais como seguro de vida, assistências médica e odontológica, auxílio moradia, licença maternidade e bolsas de estudo, os quais são contabilizados respeitando o princípio de competência e cujo direito se extingue no término do vínculo empregatício com o Grupo.

O Grupo não concede benefícios pós empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

## 12. Fornecedores

Itens de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	1.962.589	1.686.612	2.069.087	1.756.539
Fornecedores de materiais	9.429	10.441	9.610	10.612
Fornecedores de ativos	18.932	11.794	19.224	11.906
Fornecedores de serviços	57.687	49.677	58.846	50.468
Ajuste a valor presente	(15.017)	(13.483)	(15.493)	(13.838)
<b>Total</b>	<b>2.033.620</b>	<b>1.745.041</b>	<b>2.141.274</b>	<b>1.815.687</b>

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, totalizando R\$ 504.028 (R\$ 66.488 – 2017), sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Nessas operações, não há alteração no prazo médio de pagamento quando comparada com os valores a pagar aos outros fornecedores.

## Notas Explicativas

## 13. Empréstimos e financiamentos

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>BNDES - Subcrédito</b>					
Empreendimentos	TJLP + 2,12% (+ 2,23% - Dez/2017) a.a.	69.459	109.387	69.459	109.387
Empreendimentos	SELIC + 2,35% (+ 2,34% - Dez/2017) a.a.	82.348	115.633	82.348	115.633
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado ( 3,52% - Dez/2017) a.a.		914		914
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2017) a.a.	11.821	16.690	11.821	16.690
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - Dez/2017) a.a.	2.596	4.301	2.596	4.301
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (2,42% - Dez/2017) a.a.	53	71	53	71
Capital de giro	SELIC + 2,42% (+ 2,37% - Dez/2017) a.a.	17.703	58.359	17.703	58.359
Outros		2.053	2.448	2.053	2.448
<b>Debêntures</b>					
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	235.424	303.156	235.424	303.156
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	404.787		404.787	
<b>Empréstimos</b>					
Outros				16.906	
<b>Total</b>		<b>826.244</b>	<b>610.959</b>	<b>843.150</b>	<b>610.959</b>
Passivo circulante		256.033	196.248	272.939	196.248
Passivo não circulante		570.211	414.711	570.211	414.711

## Notas Explicativas

### Características dos financiamentos

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de *Software* Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 186.033 (R\$ 307.803 - Dez/2017) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

<b>Previsão de pagamento</b>	<b>Controladora/ Consolidado</b>
	<b>2018</b>
2020	220.119
2021	183.556
2022 em diante	166.536
<b>Total</b>	<b>570.211</b>

### Características das Debêntures

Em 2 de abril de 2018 foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia que possuem prazo de vencimento de 60 meses (abril/2023) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme detalhado a seguir:

<b>Tipo de Emissão</b>	<b>Valor da Emissão</b>	<b>Quantidade em Circulação</b>	<b>Emissão</b>	<b>Vencimentos</b>	<b>Encargos Anuais</b>	<b>Preço Unitário</b>
2ª Emissão - 9 Séries	R\$ 400.000	40.000	02/04/2018	2018-2023	104,5%(*)	R\$ 10

(\*) Pela taxa média ponderada das séries.

Os custos incorridos com as emissões das duas debêntures (2017 – 1ª emissão e 2018 – 2ª emissão) da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 2.089 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e serão apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2018, o valor a ser apropriado era de R\$ 1.260 (R\$ 1.098 – Dez/2017), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

A amortização do principal referente a 2ª emissão das debêntures ocorrerá em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente,

## Notas Explicativas

sendo o primeiro pagamento devido em abril de 2019, e os demais pagamentos sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, até a data do vencimento.

As características das debêntures emitidas em 2017 não sofreram alterações conforme quadro abaixo:

<u>Tipo de Emissão</u>	<u>Valor da Emissão</u>	<u>Quantidade em Circulação</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Encargos Anuais</u>	<u>Preço Unitário</u>
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	30.000	19/04/2017	2017 - 2022	104,75%	R\$ 10

As debêntures da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

A mensuração dos "covenants" é trimestral e, durante o exercício de 2018, não houve descumprimento às referidas exigências.

O não cumprimento do "covenants" por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, conseqüentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

## Notas Explicativas

### Reconciliação da dívida líquida

A composição e movimentações da dívida líquida estão apresentadas a seguir:

Composição e movimentações da dívida líquida	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos de curto prazo	256.033	196.248	272.939	196.248
Empréstimos de longo prazo	570.211	414.711	570.211	414.711
Total da dívida	826.244	610.959	843.150	610.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(238.153)	(255.911)	(241.568)	(264.873)
<b>Dívida líquida</b>	<b>588.091</b>	<b>355.048</b>	<b>601.582</b>	<b>346.086</b>

Movimentações da dívida líquida	Controladora		
	Empréstimos e Financiamentos	Caixa e Equivalentes	Dívida Líquida
<b>Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018</b>	610.959	(255.911)	355.048
Aporte de capital	394.985		394.985
Apropriação de juros	57.227		57.227
Pagamento de juros	(43.410)		(43.410)
Amortização de principal	(195.142)		(195.142)
Custo de transação	1.625		1.625
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		17.758	17.758
<b>Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>826.244</b>	<b>(238.153)</b>	<b>588.091</b>

Movimentações da dívida líquida	Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	Caixa e Equivalentes	Dívida Líquida
<b>Dívida líquida em 1º de janeiro de 2018</b>	610.959	(264.873)	346.086
Aporte de capital	419.223		419.223
Apropriação de juros	56.700		56.700
Pagamento de juros	(43.478)		(43.478)
Amortização de principal	(201.879)		(201.879)
Custo de transação	1.625		1.625
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		23.305	23.305
<b>Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>843.150</b>	<b>(241.568)</b>	<b>601.582</b>

### 14. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. No caso das contingências trabalhistas, a evolução dos processos e o histórico de perdas são fatores determinantes para refletir a melhor estimativa.

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

Itens de demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	73.146	24.105	73.146	24.105
Tributárias	642	586	642	586
Cíveis	700	627	700	627
Subtotal	74.488	25.318	74.488	25.318
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(23.099)	(14.425)	(23.099)	(14.425)
<b>Total</b>	<b>51.389</b>	<b>10.893</b>	<b>51.389</b>	<b>10.893</b>
Passivo circulante	2.512	2.724	2.512	2.724
Passivo não circulante	48.877	8.169	48.877	8.169

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

Movimentações de provisão	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	25.318	17.530	25.318	17.530
Adições de novos processos e revisão de estimativa <sup>(i)</sup>	66.433	14.814	66.433	14.814
Baixas por pagamento	(28.589)	(21.542)	(28.589)	(21.542)
Reversões por mudanças em processos	(889)	(594)	(889)	(594)
Reavaliação dos valores <sup>(ii)</sup>	9.656	12.132	9.656	12.132
Atualizações monetárias	2.559	2.978	2.559	2.978
<b>Saldo final</b>	<b>74.488</b>	<b>25.318</b>	<b>74.488</b>	<b>25.318</b>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22).

(i) Para as contingências trabalhistas, a Administração adota uma metodologia de provisionamento baseada no histórico de indenizações por grupos de cargos e no índice de procedência para conversão em perda efetiva, aplicada sobre os processos em andamento, em seus diversos estágios, a fim de melhor avaliar os elementos de cada pedido que sejam de provável perda. Em função de um aumento observado no volume e na celeridade dos julgamentos dos processos trabalhistas da Companhia pelos tribunais durante 2018, em conexão com a revisão das premissas de provisão, passaram a considerar também os processos trabalhistas ainda sem julgamento nos tribunais, até então excluídos da análise em função do seu estágio inicial e ausência de parâmetros suficientes para avaliação de estimativa de perda financeira. Como resultado dessas mudanças, a provisão trabalhista foi complementada em R\$ 40.415, em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Refere-se a reavaliação dos valores a serem desembolsados relacionados às demandas trabalhistas de processos em fase de sentença ou acórdão.

### Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 possui ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 54.063 (R\$ 35.475 - Dez/2017) para a Controladora e Consolidado, sendo que R\$ 9.998 (R\$ 11 - Dez/2017) corresponde à área cível, R\$ 44.065 (R\$ 35.464 - Dez/2017) à área tributária.

## Notas Explicativas

### Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

<b>Composição de depósitos judiciais</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Trabalhistas e previdenciárias	10.461	12.053	10.461	12.053
Tributárias	11.409	12.121	11.409	12.121
Cíveis	3.900	5.041	3.900	5.041
<b>Total</b>	<b>25.770</b>	<b>29.215</b>	<b>25.770</b>	<b>29.215</b>

### Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

### Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

### Contingências cíveis

O Grupo figura como réu em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

## Notas Explicativas

### 15. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se:

Itens de IR/CS efetivos	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	635.823	683.123	638.856	686.544
Juros sobre o capital próprio	(209.500)	(202.500)	(209.500)	(202.500)
Lucro tributável	426.323	480.623	429.356	484.044
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(144.950)	(163.412)	(145.981)	(164.575)
Adições permanentes	(7.329)	(11.589)	(7.479)	(11.805)
Equivalência patrimonial	2.853	619		
Redução do imposto por incentivos (P.A.T.)	5.487	6.603	5.487	6.669
Subvenção para investimentos (i)	14.041		21.877	
Outros (reserva de reavaliação + limite de isenção adicional de IR)	(158)	(11)	(127)	15
Incentivos fiscais – doações	(3.320)	(4.170)	(3.320)	(4.195)
<b>Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(133.376)</b>	<b>(171.960)</b>	<b>(129.543)</b>	<b>(173.891)</b>
Alíquota efetiva	21,0%	25,2%	20,3%	25,3%

(i) A partir do 3º trimestre de 2018, o Grupo passou a tratar como dedutível para fins do imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. O efeito na apuração de IRPJ/CSLL do montante ajustado, correspondeu a R\$ 14.041 na Controladora e de R\$ 21.877 no Consolidado.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 66.826 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 64.732 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 70.844 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 65.445 - Dez/2017) no Consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 305.928 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 290.949 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 308.601 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 294.160 - Dez/2017) no Consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se a:

	Balanco Patrimonial			Resultado		
	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2018	2017	2017
<b>Diferenças temporárias</b>						
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(6.976)	(7.066)	(6.976)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(243.995)	(226.401)	(243.995)	17.594	42.664	42.664
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(54.957)	(57.482)	(54.957)	(2.525)	(2.524)	(2.524)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(2.673)			(537)
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros			3.163			(3.163)
Ajuste a valor justo – AVJ	2.091	5.877	2.091	3.786	(5.877)	(5.877)
Provisão - perdas esperadas no estoque	13.560	29.495	13.560	15.934	(1.995)	(1.995)
Provisão - obrigações diversas	10.713	6.963	10.935	(4.896)	6.062	(4.974)
Provisão - programa de participação no resultado	14.254	11.472	14.730	(1.659)	1.319	(1.829)
Provisão - demandas judiciais	25.326	8.609	25.326	(16.693)	(2.648)	(2.648)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	882	2.316	1.039	1.434	(506)	(720)
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(239.102)</b>	<b>(226.217)</b>	<b>(237.757)</b>	<b>12.975</b>	<b>36.495</b>	<b>9.133</b>
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>						
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:						
Ativo fiscal diferido	66.826	64.732	70.844			
Passivo fiscal diferido	(305.928)	(290.949)	(308.601)			
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(239.102)</b>	<b>(226.217)</b>	<b>(237.757)</b>			
<b>Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>						
<b>Saldo no início do exercício</b>	(226.217)	(189.818)	(228.715)			
Despesa reconhecida no resultado	(12.975)	(36.496)	(9.132)			
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	90	97	90			
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(239.102)</b>	<b>(226.217)</b>	<b>(237.757)</b>			

## Notas Explicativas

### (c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Previsão de pagamento	Controladora	Consolidado
	2018	2018
2019	38.931	38.931
2020	10.354	10.354
2021	15.833	15.833
2022 em diante	1.708	5.726
<b>Total</b>	<b>66.826</b>	<b>70.844</b>

### 16. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Itens de resultado por ação	Controladora/ Consolidado	
	2018	2017
<b>Básico</b>		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.406	329.683
<b>Lucro por ação em R\$ - básico</b>	<b>1,52531</b>	<b>1,55047</b>
<b>Diluído</b>		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	329.533	330.090
<b>Lucro por ação em R\$ - diluído</b>	<b>1,52473</b>	<b>1,54855</b>

### 17. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 1.808.639 (R\$ 1.808.639 - Dez/2017), está representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 214.459.215 ações ordinárias (211.804.492 ações ordinárias - Dez/2017).

## Notas Explicativas

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está assim apresentada:

<b>Composição acionária</b>	<b>Quantidade de Ações</b>		<b>Participação %</b>	
	<b>Dez/2018</b>	<b>Dez/2017</b>	<b>Dez/2018</b>	<b>Dez/2017</b>
Acionistas controladores	114.880.213	117.907.354	34,77	35,69
Ações em circulação	214.459.215	211.804.492	64,91	64,11
Ações em tesouraria	1.046.572	674.154	0,32	0,20
<b>Total</b>	<b>330.386.000</b>	<b>330.386.000</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Os acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>Ações em circulação</b>
Posição em 31 de dezembro de 2017	211.804.492
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	2.654.723
<b>Posição em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>214.459.215</b>

Em 31 de dezembro de 2018, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 57,15 fechamento do dia (R\$ 91,80 em 31 de dezembro de 2017).

### (b) Reserva para incentivos fiscais

Tratam-se dos benefícios fiscais de ICMS obtidos nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos nº resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

### (c) Ações em tesouraria

Em 3 de agosto de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação. Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

<b>Movimentação de ações em tesouraria</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>Quantidade (em ações)</b>	<b>Valor das ações</b>
Posição em 31 de dezembro de 2017	674.154	12.808
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª tranche da outorga de 2014, a 2ª tranche da outorga de 2015 e a 1ª tranche da outorga de 2016	(224.582)	(4.267)
Aquisição de ações de emissão da própria Companhia	597.000	46.925
<b>Posição em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.046.572</b>	<b>55.466</b>

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 57,15 por ação nesta data, corresponde a R\$ 59.812.

### (d) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro e o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço de suas ações restritas, em cada um desses exercícios.

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação de ações restritas</b>	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Ações</b>	<b>Valor</b>
Saldo inicial	485.242	18.863	375.212	11.123
Apropriação de ações no exercício	239.137	12.459	293.260	12.603
Entrega de ações no exercício	(224.582)	(7.382)	(183.230)	(4.863)
<b>Saldo final</b>	<b>499.797</b>	<b>23.940</b>	<b>485.242</b>	<b>18.863</b>

## Notas Explicativas

### (e) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Movimentação de remuneração aos acionistas</b>		
Lucro líquido do exercício	502.447	511.163
Reserva legal	(25.122)	(25.558)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	175	186
Reserva de subvenção para investimento (Nota 15a)	(41.297)	
Base de cálculo do dividendo (a)	436.203	485.791
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	109.051	121.448
Juros sobre o capital próprio proposto	209.500	202.500
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(29.459)	(28.450)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	180.041	174.050
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	41,27	35,83
<b>Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>70.990</b>	<b>52.602</b>

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 41.297 de seu resultado do exercício findo em 2018 para reservas de incentivos fiscais, descritas na política contábil Nota 4(q).

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 209.500 (R\$ 202.500 - 2017), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2018 e de 2017, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 70.990 (R\$ 52.602 - Dez/2017), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio</b>		
Saldo inicial	37.288	25.546
Adições	161.653	182.772
Pagamentos	(173.622)	(170.847)
Baixas	(476)	(183)
<b>Saldo final</b>	<b>24.843</b>	<b>37.288</b>

## Notas Explicativas

### 18. Receita líquida de vendas

Itens de receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas				
Receita de vendas de mercadorias	14.757.177	13.293.249	15.506.262	13.838.774
Receita de serviços prestados	12.797	13.589	12.871	13.695
<b>Total de receita bruta de vendas</b>	<b>14.769.974</b>	<b>13.306.838</b>	<b>15.519.133</b>	<b>13.852.469</b>
Impostos incidentes sobre vendas	(533.656)	(471.706)	(585.676)	(500.288)
Devoluções, abatimentos e outros	(116.950)	(127.324)	(132.012)	(139.676)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>14.119.368</b>	<b>12.707.808</b>	<b>14.801.445</b>	<b>13.212.505</b>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

O Grupo avaliou os impactos do CPC 47 / IFRS 15 e, considerando que a entidade atua no ramo do varejo farmacêutico e possui apenas uma única obrigação de desempenho, não havendo, portanto, complexidade nesta definição, tão quanto na transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores na passagem pelo caixa, conforme descrito na Nota 4 - Principais práticas contábeis, concluiu que não há impactos relevantes no registro contábil da norma.

### 19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	(1.813.139)	(1.603.801)	(1.839.906)	(1.626.658)
Despesas com ocupação (i)	(697.370)	(600.390)	(699.902)	(602.508)
Serviços de terceiros	(160.960)	(149.727)	(162.044)	(150.449)
Depreciação e amortização (ii)	(411.710)	(335.768)	(414.133)	(337.914)
Outras (iii)	(527.496)	(458.661)	(548.479)	(478.099)
<b>Total</b>	<b>(3.610.675)</b>	<b>(3.148.347)</b>	<b>(3.664.464)</b>	<b>(3.195.628)</b>

**Classificado na demonstração do resultado como:**

Função das despesas	2018	2017	2018	2017
Com vendas	(3.219.908)	(2.790.215)	(3.261.896)	(2.825.959)
Gerais e administrativas	(390.767)	(358.132)	(402.568)	(369.669)
<b>Total</b>	<b>(3.610.675)</b>	<b>(3.148.347)</b>	<b>(3.664.464)</b>	<b>(3.195.628)</b>

(i) Referem-se a gastos com locação de imóveis, condomínios, energia, água, comunicação e IPTU.

(ii) As depreciações e amortizações em 2018 totalizaram um montante de R\$ 411.710 (R\$ 335.768 - 2017) para a Controladora, sendo que, R\$ 360.428 (R\$ 296.696 - 2017) corresponde à área de Vendas e o montante de R\$ 51.282 (R\$ 39.072 - 2017), à área Administrativa e R\$ 414.133 (R\$ 337.914 - 2017) para o Consolidado, o montante de R\$ 360.884 (R\$ 296.909 - 2017) corresponde a área de Vendas e o montante de R\$ 53.249 (R\$ 41.005 - 2017) corresponde a área Administrativa.

(iii) Referem-se, principalmente, a gastos com taxas de operadoras de cartões, além de serviço de transportes, materiais, outras despesas administrativas, manutenção de bens, propaganda e publicidade.

## Notas Explicativas

### 20. Outras (receitas)/despesas operacionais

As outras (receitas)/despesas operacionais totalizaram em 2018 um montante de R\$ 59.548 (R\$ 212 – 2017) para o Consolidado. Esses montantes são compostos por despesas/receitas não recorrentes, relacionadas com: (i) gastos com consultoria para elaboração de planejamento estratégico dos próximos 5 anos de R\$ 13.913; (ii) créditos de anos anteriores, sobretudo de PIS e COFINS, no montante de R\$ (10.698); (iii) baixa de imobilizado e intangível, provisões de despesas com multas e reformas devido ao encerramento de 4 lojas da bandeira Farmasil, no valor de R\$ 1.530; (iv) mudança de estimativa para a constituição de provisões para contingências trabalhistas no valor de R\$ 47.207 e; (v) reestruturação do plano de carreira no valor de R\$ 7.596.

### 21. Receitas e despesas financeiras

#### (a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Itens de receitas financeiras</b>				
Descontos obtidos	1.880	1.026	1.997	1.107
Rendimentos de aplicações financeiras	10.104	24.174	10.104	24.174
Juros sobre mútuo	2.730	2.743		
Variações monetárias	748	3.246	1.061	3.308
Outras receitas financeiras	2	3	192	306
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(716)	(1.449)	(716)	(1.449)
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	53.415	73.078	59.145	79.437
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>68.163</b>	<b>102.821</b>	<b>71.783</b>	<b>106.883</b>

#### (b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Itens de despesas financeiras</b>				
Descontos concedidos a clientes	(16)		(281)	(187)
Juros, encargos e taxas bancárias	(685)	(746)	(1.246)	(1.185)
Encargos sobre debêntures	(36.495)	(19.128)	(36.495)	(19.128)
Amortização de custos de transação	(582)	(247)	(582)	(247)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(20.731)	(44.654)	(20.731)	(45.106)
Variações monetárias	3.155	(5.003)	2.635	(6.152)
Juros sobre obrigação com acionista de Controlada	11.135	(2.286)	11.135	(2.286)
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(103.790)	(133.244)	(108.872)	(138.632)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(148.009)</b>	<b>(205.308)</b>	<b>(154.437)</b>	<b>(212.923)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(79.846)</b>	<b>(102.487)</b>	<b>(82.654)</b>	<b>(106.040)</b>

### 22. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas, ativos imobilizados nas categorias móveis e utensílios e máquinas e equipamentos no total de R\$ 111 (R\$ 112 – Dez/2017) na Controladora e Consolidado.

### 23. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos

## Notas Explicativas

contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 54.253 (R\$ 43.609 - Dez/2017) para a Controladora e R\$ 54.402 (R\$ 43.715 - Dez/2017) para o Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis de lojas, com base nos prazos determinados nos contratos assinados, (arrendamentos mercantis canceláveis), estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Pagamentos mínimos futuros dos aluguéis</b>				
Primeiros 12 meses	553.246	447.595	554.160	448.404
Entre 13 e 60 meses	1.424.544	1.185.782	1.426.304	1.186.841
Após 60 meses	434.215	352.801	434.215	352.801
<b>Total</b>	<b>2.412.005</b>	<b>1.986.178</b>	<b>2.414.679</b>	<b>1.988.046</b>

## 24. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

### Instrumentos financeiros por categoria

Itens de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>				
<u>Ao custo amortizado (2017 – empréstimos e recebíveis)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	238.153	255.911	241.568	264.873
Clientes (Nota 6)	805.649	837.582	937.389	930.071
Outras contas e créditos a receber	196.148	158.295	156.847	120.321
Depósitos judiciais (Nota 14)	25.770	29.215	25.770	29.215
<b>Subtotal</b>	<b>1.265.720</b>	<b>1.281.003</b>	<b>1.361.574</b>	<b>1.344.480</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>1.265.720</b>	<b>1.281.003</b>	<b>1.361.574</b>	<b>1.344.480</b>
<b>Passivos</b>				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Obrigação com acionista de Controlada (Nota 9)	36.380	47.515	36.380	47.515
<b>Subtotal</b>	<b>36.380</b>	<b>47.515</b>	<b>36.380</b>	<b>47.515</b>
<u>Ao custo amortizado (2017 - outros passivos financeiros)</u>				
Fornecedores	2.033.620	1.745.041	2.141.274	1.815.687
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	826.244	610.959	843.150	610.959
Outras contas a pagar e obrigações	150.141	128.259	151.940	129.403
<b>Subtotal</b>	<b>3.010.005</b>	<b>2.484.259</b>	<b>3.136.364</b>	<b>2.556.049</b>
<b>Total dos passivos</b>	<b>3.046.385</b>	<b>2.531.774</b>	<b>3.172.744</b>	<b>2.603.564</b>

### Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

## Notas Explicativas

### (a) Risco de mercado

#### Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

#### Risco de taxa de juros

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

### (b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são principalmente o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas de clientes.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

Classificação de ratings	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Rating – Escala Nacional</b>				
brAAA	62.622	17.858	65.251	26.809
brAA+	14.680	71.226	15.464	71.229
brA	729	265	729	265
(*) n/a - Aplicações automáticas	59.860		59.860	
(*) n/a - Fundos de Investimento	2.381	90.769	2.381	90.769
<b>Total – Escala Nacional</b>	<b>140.272</b>	<b>180.118</b>	<b>143.685</b>	<b>189.072</b>

(\*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para Aplicações automáticas e Fundos.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as vendas com recebimento a prazo representaram 52% (51% - Dez/2017) na Controladora e 54% (53% - Dez/2017) para o consolidado, sendo que desse total 92% (92% - Dez/2017) na Controladora e 86% (86% - Dez/2017) no Consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 8% (8% - Dez/2017) e 14% (14% - Dez/2017) para o Consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

### (c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

## Notas Explicativas

### (d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora					
Operação	Risco	Valor nacional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	124.736	624	780	936
<b>Receita</b>			<b>624</b>	<b>780</b>	<b>936</b>
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
<b>Despesa</b>			<b>6</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

Consolidado					
Operação	Risco	Valor nacional	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	126.566	633	791	950
<b>Receita</b>			<b>633</b>	<b>791</b>	<b>950</b>
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	1.156	6	7	9
<b>Despesa</b>			<b>6</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), as quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

### (e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Itens de gestão de capital	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Financiamentos de curto e longo prazo	826.244	610.959	843.150	610.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(238.153)	(255.911)	(241.568)	(264.873)
<b>Dívida líquida</b>	<b>588.091</b>	<b>355.048</b>	<b>601.582</b>	<b>346.086</b>
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	3.499.857	3.222.513	3.499.857	3.222.513
Participação de não controladores			34.910	27.859
Total do patrimônio líquido	3.499.857	3.222.513	3.534.767	3.250.372
<b>Total do Capital</b>	<b>4.087.948</b>	<b>3.577.561</b>	<b>4.136.349</b>	<b>3.596.458</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)</b>	<b>14,39</b>	<b>9,92</b>	<b>14,54</b>	<b>9,62</b>

## Notas Explicativas

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 foi decorrente, principalmente, da emissão de debêntures (Nota 13) e consequente uso dos recursos obtidos nos investimentos e operação da Companhia.

### (f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. Os valores justos estimados são:

Estimativa do valor justo	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo		Valor Contábil		Valor Justo	
	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017	Dez-2018	Dez-2017
BNDDES	186.033	307.803	185.996	307.811	186.033	307.803	185.996	307.811
Debêntures	640.211	303.156	640.256	303.145	640.211	303.156	640.256	303.145
Outros					16.906		16.906	
<b>Total</b>	<b>826.244</b>	<b>610.959</b>	<b>826.252</b>	<b>610.956</b>	<b>843.150</b>	<b>610.959</b>	<b>843.158</b>	<b>610.956</b>

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Movimentação de obrigação c/acionista de Controlada	Controladora e Consolidado	
	Obrigações com acionista de Controlada 2018	2017
Saldo inicial	47.515	45.228
Despesas/(receitas) reconhecidas no resultado	(11.135)	2.287
Saldo final	36.380	47.515
<b>Total de despesas/(receitas) no exercício incluídas no resultado</b>	<b>(11.135)</b>	<b>2.287</b>
<b>Varição das despesas/(receitas) não realizadas no exercício incluídas no resultado</b>	<b>(11.135)</b>	<b>2.287</b>

## 25. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

## Notas Explicativas

## 26. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo Circulante		Montante Transacionado		Montante Transacionado		Montante Transacionado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Valores a receber</b>									
Convênios (i)									
Regimar Comercial S.A.	Acionista/Família	8	12	8	12	99	103	99	103
Heliomar Ltda.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	1		1		13	16	13	16
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista/Família	1		1		4	3	4	3
Subtotal		10	12	10	12	116	122	116	122
<b>Outros valores a receber</b>									
Acordos comerciais									
Natura Cosméticos S.A. (ii)	Acionista/Pessoa ligada	102	123	102	123	719	745	719	745
Adiantamento a Fomecedores									
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii)	Família	414	440	414	440				
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados (iv)	Acionista/Família	3	50	3	50				
Mútuo e outros a receber									
4Bio Medicamentos S.A. (v)	Controlada	41.395	38.603			3.194	23.018		
Subtotal		41.914	39.216	519	613	3.913	23.763	719	745
<b>Total de direitos com partes relacionadas</b>		<b>41.924</b>	<b>39.228</b>	<b>529</b>	<b>625</b>	<b>4.029</b>	<b>23.885</b>	<b>835</b>	<b>867</b>

## Notas Explicativas

Parte relacionada Valores a pagar	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Passivo Circulante		2017		Montante Transacionado		2017	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aluguéis (vi) Heliomar Ltda.		21	19	21	19	219	219	219	219
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Rosalina Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	7	7	7	7	92	90	92	90
Subtotal		42	40	42	40	495	489	495	489
Fornecedores de serviços Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iv) Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vii) Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii) FMA Assessoria e Consultoria (viii)	Acionista/Família Acionista/Família Família Acionista/Suplente do Conselho de Administração	924	869	924	869	10.952	9.690	10.952	9.690
Subtotal		34	34	34	34	2.573	734	2.573	734
Fornecedores de mercadorias Natura Cosméticos S.A. (ii)		958	918	958	918	19.844	17.596	19.844	17.596
Subtotal		632	1.221	632	1.221	5.289	5.535	5.289	5.535
<b>Total de obrigações com partes relacionadas</b>		<b>1.632</b>	<b>2.179</b>	<b>1.632</b>	<b>2.179</b>	<b>25.628</b>	<b>23.620</b>	<b>25.628</b>	<b>23.620</b>

## Notas Explicativas

(i) São vendas realizadas por convênios, cujas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Compra e venda de produtos da Natura Cosméticos S.A., os quais serão comercializados em todo o território nacional e a Raia Drogasil receberá um percentual sobre os produtos vendidos. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A..

(iii) Prestação de serviços de operação da aeronave à proprietária Raia Drogasil S.A., que pagará à operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de Assessoria Operacional, Compliance, Financeira, Coordenação de Manutenção e Controle Técnico de Manutenção.

(iv) Transações referentes à Assessoria Jurídica.

(v) Ao longo do exercício social de 2016 e 2017 foram realizadas operações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) nos montantes de R\$ 14.000 e R\$ 20.100, respectivamente. Todos os contratos de mútuo são atualizados em 110% do CDI com vencimento em dezembro de 2019.

Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil (R\$ 39).

(vi) Transações referentes a aluguel de imóveis comerciais para estabelecimento de lojas.

(vii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista de circulação interna da Companhia.

(viii) Transações referentes a serviços de representação comercial em órgãos de classe.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

### (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

Itens de remuneração	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Proventos e encargos sociais	17.460	15.415	19.318	17.227
Gratificações e encargos sociais	14.876	28.764	15.115	29.145
Benefícios indiretos	713	2.117	713	2.117
<b>Total</b>	<b>33.049</b>	<b>46.296</b>	<b>35.146</b>	<b>48.489</b>

## 27. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

## Notas Explicativas

O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2018:

Itens de seguros	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Riscos com perdas em estoques	182.449	150.197	217.837	170.825
Bens do ativo permanente	289.479	232.862	296.619	238.682
Lucros cessantes	242.556	237.873	293.670	262.052
Riscos de responsabilidade civil	38.424	33.602	40.000	34.500

### 28. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2018, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a atualização do passivo financeiro oriundo da obrigação com acionista de Controlada (Nota 9);
- (ii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas (Nota 26); e
- (iii) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 18.932 (R\$ 11.793 - Dez/2017).

### 29. Evento subsequente

(a) Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou, por meio da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia real e sem preferência, em série única, no valor total de R\$ 250.000, com remuneração de 98,5% do CDI e prazo de pagamento de 7 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 13 de março de 2026. Os recursos captados serão utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma, de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários de emissão da Vert Companhia Securitizadora, que serão emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da instrução CVM400.

(b) Em 26 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou com as sociedades CCI Foreign, S.A.R.L. e Beauty Holdings, L.L.C. ("Vendedores"), contrato de Compra e Venda de Quotas ("CVQ") de 100% das quotas representativas do capital social da Drogaria Onofre S.A., tendo a CVS Pharmacy, Inc. como garantidora ("Garantidora").

O CVQ estabelece (i) as responsabilidades dos Vendedores e da Garantidora sobre o processo arbitral que está sendo conduzido pela Garantidora com o antigo vendedor (direitos e haveres), sem qualquer ônus à Companhia, bem como (ii) o atendimento de condições precedentes, em especial a aprovação da negociação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Exceto pelas implicações decorrentes da arbitragem, mencionada acima, a Companhia assumirá os ativos e passivos da Drogaria Onofre S.A. após o cumprimento das condições precedentes.

Com R\$ 479,4 milhões de receita bruta em 2018 e um total de 50 lojas, sendo 47 no estado de São Paulo, duas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais, a Onofre, atualmente controlada pela CVS Health Corporation, é uma das empresas mais reconhecidas do varejo farmacêutico brasileiro e uma das líderes nacionais em e-commerce.

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Nesta seção, conforme Instrução CVM nº 480/09, confrontamos as projeções de aberturas de lojas da Companhia com os dados evolutivos de abertura de lojas efetivamente realizadas a cada exercício, até o encerramento do exercício atual. As projeções para 2016 e 2017 foram divulgadas ao mercado em 28 de julho de 2016, enquanto as projeções para 2018 e 2019 foram divulgadas em 9 de novembro de 2017.

<b>ANO</b>	<b>PROJEÇÃO ANTERIOR</b>	<b>PROJEÇÃO ATUAL</b>	<b>REALIZADO ACUMULADO</b>
2016	165 aberturas	200 aberturas	212 aberturas
2017	195 aberturas	200 aberturas	210 aberturas
2018		240 aberturas	240 aberturas
2019		240 aberturas	

Em 28 de julho de 2016, revisamos a projeção anterior de 165 aberturas em 2016 e 195 aberturas em 2017 para 200 aberturas de lojas para cada ano. A Companhia encerrou o ano de 2018 com 240 aberturas, e reitera a projeção de 240 aberturas para 2019.

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores

Raia Drogasil S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Raia Drogasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raia Drogasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em relação ao relatório de auditoria emitido para o exercício anterior, foi excluído desta seção o assunto relacionado a projeções de resultados utilizadas na avaliação do valor recuperável de ágios, substancialmente o ágio da Raia S.A., e na determinação da obrigação de compra de participação residual na 4Bio Medicamentos S.A. Observamos que a integração do antigo negócio Raia S.A. às operações da Companhia demonstram geração de caixa recorrente e as análises efetuadas pela administração sobre as projeções de lucratividade futura demonstram haver importante folga em relação ao valor contábil. Quanto à obrigação de compra, observamos que, em 31 de dezembro de 2018 e a partir dessa data, os valores do EBITDA passam a ser os valores efetivos, e não mais estimados. Nessas circunstâncias, consideramos que esse assunto não está entre os principais assuntos de auditoria em 2018.

Por outro lado, acrescentamos um novo assunto relacionado à avaliação dos contratos de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2018, para fins de divulgação e como preparação à adoção inicial da nova norma contábil de arrendamento (IFRS 16 / CPC 6 (R2)), a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

Quanto aos demais assuntos, não ocorreram modificações significativas em relação ao exercício anterior e, nesse contexto, tanto os assuntos quanto nossa correspondente abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhadas àquelas do exercício anterior.

Porque é um PAA

Acordos comerciais

Nota explicativa 4.(t)

Como empresa varejista, a Companhia negocia acordos comerciais individuais com seus fornecedores, que podem ser de natureza peculiar ou complexa.

Em virtude de haver diferentes condições previstas nos acordos comerciais, são necessárias estimativas e julgamentos para apurar os valores a serem reconhecidos e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido no custo das mercadorias vendidas.

Consequentemente, consideramos que o reconhecimento dos efeitos dos acordos comerciais, especialmente quanto à integridade, totalidade e ao seu correto período, permanece como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros procedimentos, os seguintes:

- Atualização do entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela administração para identificação, acompanhamento e contabilização dos acordos comerciais;
- Teste sobre a efetividade operacional dos principais controles existentes sobre os acordos comerciais;
- Entendimento dos principais termos de contratos individualmente relevantes ou com características particulares, e suas correspondentes obrigações de desempenho e recálculo, à base de testes amostrais, dos resultados esperados com acordos comerciais, além de verificação de sua liquidação financeira subsequente;
- Teste do reconhecimento dos efeitos no correto período de competência;

Consideramos que as conclusões e divulgações da administração estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Ambiente de controles internos e de tecnologia da informação

A Companhia opera seu negócio de varejo de medicamentos por meio de 9 centros de distribuição e mais de 1.800 lojas próprias, situadas em 22 estados da federação e representadas no mercado por suas duas principais marcas: Droga Raia e Drogasil.

Sua estrutura operacional requer um robusto sistema de controles internos e de tecnologia da informação (TI) capaz de permitir, à sua administração, pleno monitoramento das operações diárias e tomada de decisões de forma centralizada, bem como o acompanhamento e compilação de informações quantitativas, financeiras e fiscais de suas operações.

Esta área permanece como foco de nossa auditoria, uma vez que observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, em diferentes estágios de maturidade e de documentação. A avaliação da efetividade desses controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção de evidências necessárias, uma vez que controles ou processos podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e, conseqüentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras. Realizamos a atualização de nosso entendimento e testamos a efetividade dos principais controles e sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros.

Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria dos sistemas e aplicativos, foi necessário executar testes específicos a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicar procedimentos assistidos por computador, de forma a permitir um espectro maior de testes e evidências.

Adicionalmente, aplicamos elementos de imprevisibilidade em certos procedimentos executados e efetuamos revisão de lançamentos contábeis específicos às exceções de acesso identificadas, em complemento aos procedimentos direcionados ao risco de transgressão dos controles.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Contratos de arrendamento mercantil

##### Nota explicativa 3.(e)

Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo a nova norma contábil de arrendamento mercantil (IFRS 16 / CPC 6 (R2)), serão objeto de registro contábil (passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso do ativo), a partir de 1º de janeiro de 2019.

Embora este novo pronunciamento contábil passe a vigorar no exercício seguinte às atuais demonstrações financeiras, durante o exercício de 2018 a administração da Companhia investiu esforços significativos para elaborar o inventário dos contratos de arrendamento mercantil, definir as premissas a serem adotadas (períodos de contrato, taxas de desconto, contratos com período de vigência inferior a um ano, ativos de pequeno valor, dentre outros aspectos), estabelecer o método mais apropriado a ser adotado, e para implementar controles internos apropriados para determinar o valor do passivo de arrendamento e o correspondente valor do direito de uso do ativo, na data de adoção inicial e para os períodos subsequentes.

Essa área foi foco em nossa auditoria em função de julgamentos críticos efetuados pela administração da Companhia, com impacto relevante nas informações apresentadas na nota explicativa às demonstrações financeiras relacionadas a este novo pronunciamento contábil.

Em nossa auditoria, consideramos os seguintes principais procedimentos:

- Avaliação da metodologia e dos critérios adotados pela administração na elaboração do inventário de contratos, com o propósito de segregar os contratos com elementos de arrendamento mercantil, daqueles que representam apenas uma prestação de serviço;
- Entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento mercantil e para a segregação dos contratos de arrendamento mercantil que se encontram no escopo das isenções previstas no IFRS 16 / CPC 6 (R2);
- Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento mercantil, obtivemos:
  - Entendimento dos critérios adotados pela administração para definição dos períodos de contratos considerados, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações;
  - Entendimento dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento;

- Revisão das divulgações de arrendamento mercantil efetuadas pela administração em atendimento aos requerimentos do novo pronunciamento contábil, que contém os valores apurados para a determinação do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo;

Consideramos que as critérios e as divulgações da administração estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal

Contador CRC 1SP187382/O-0

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Aos Administradores e Acionistas da

Raia Drogasil S.A.

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da Proposta da Administração para destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável sem ressalvas dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinaram, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

---

Gilberto Lério

Conselheiro Fiscal

---

Fernando Carvalho Braga

Conselheiro Fiscal

---

Mário Antonio Luiz Corrêa

Conselheiro Fiscal

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

---

Marcelio D'Amico Pousada  
Diretor Presidente

---

Fernando Kozel Varela  
Diretor

---

Antonio Carlos Coelho  
Diretor

---

Renato Cepollina Raduan  
Diretor

---

Eugênio De Zagottis  
Diretor

---

Maria Susana de Souza  
Diretora

---

Marcello De Zagottis  
Diretor

---

Antonio Carlos Marques de Oliveira  
Controller e Contador Responsável CRC-1SP215445/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

RAIA DROGASIL S.A.

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

---

Marcilio D'Amico Pousada  
Diretor Presidente

---

Fernando Kozel Varela  
Diretor

---

Antonio Carlos Coelho  
Diretor

---

Renato Cepollina Raduan  
Diretor

---

Eugênio De Zagottis  
Diretor

---

Maria Susana de Souza  
Diretora

---

Marcello De Zagottis  
Diretor

---

Antonio Carlos Marques de Oliveira  
Controller e Contador Responsável CRC-1SP215445/O-0